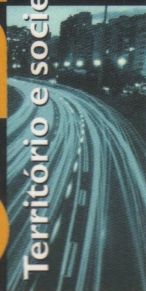


O BRASIL

Território e sociedade no início do século XXI



Milton Santos e
María Laura Silveira



O BRASIL

“Não se trata de um catálogo enciclopédico, nem de uma compilação exaustiva do que foi feito no Brasil, mas de um retrato das novas quantidades e sobretudo das qualidades do território que, vistas de maneira dinâmica, oferecem, ao mesmo tempo, fundamentos para vislumbrar tendências. O território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se superpõem e permitem ler as discontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades.”

ISBN 978-85-01-05939-0



9788501059390

Este livro atende a dois objetivos centrais: oferecer uma visão globalizadora da realidade nacional e fazê-lo através de um dos seus aspectos mais integradores: o território.

Há muito tempo que no Brasil, por circunstâncias diversas, praticamente não são produzidas visões de conjunto do espaço nacional. Oferecendo uma interpretação do Brasil da globalização, este trabalho não é um inventário exaustivo da geografia do país e marca uma nova etapa na renovação dessa disciplina. Os fatos emergentes do período são aqui apresentados e os novos traços da economia, da sociedade e da política aparecem por meio da redefinição das relações entre a terra e a gente do Brasil, perante as novas condições internacionais. Esta obra pretende apenas ser um retrato da nova natureza do território, capaz, ao mesmo tempo, de permitir uma busca de caminhos tendo em vista o atual momento histórico. Fatos e relações relevantes foram escolhidos para caracterizar a formação socioespacial brasileira atual, num esforço de propor uma teoria do Brasil a partir do seu território.

Este livro representa, de certo modo, uma dupla aventura geográfica. De um lado, mostra como um país pode ser analisado mediante uma visão inovadora, fundada na realidade da globalização, e, de outro, revela a riqueza de uma interpretação baseada na mediação entre uma teoria e os dados empíricos, aliás numerosos.

Com uma linguagem acessível, permite a leitura não apenas dos especialistas, mas também do leitor médio. Todavia, a forma como o livro foi redigido deve ser estimuladora para outros cientistas sociais, contribuindo, também, para a reflexão de administradores e políticos.

A noção de *uso do território* constitui-se em alicerce da abordagem. Os sistemas técnicos — objetos e formas de fazer — permitem explicar como, onde, por quem, por que e para que esse território é usado. A delimitação de períodos e a reconstrução dos contextos leva ao reconhecimento das heranças e, ao mesmo tempo, das intencionalidades e da busca de sentido pela sociedade. Cada região acolhe certas modernizações e certos atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades.

Mostrando o movimento do espaço nacional como um todo, e paralelamente o de cada uma de suas regiões, os conceitos de divisão territorial do trabalho e correlatos revelam que o território não é apenas um palco mas, sobretudo, um ator na dinâmica social.

A escrita desse texto, após uma pesquisa longa e difícil, representa um considerável esforço para alcançar, a partir do olhar do geógrafo, uma visão interdisciplinar da realidade brasileira; e sua maior ambição é atingir o grande público e, desse modo, participar ativamente do debate nacional.

**Milton Santos e
María Laura Silveira**



○ **BRASIL:**

Território e sociedade no início do século XXI

9ª EDIÇÃO

CEFET-SP - BIBLIOTECA
Tombo: 0025461



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2006

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S236b Santos, Milton, 1926-2001
9ª ed. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI /
Milton Santos, Maria Laura Silveira. – 9ª ed. – Rio de Janeiro:
Record, 2006.

Inclui bibliografia
ISBN 85-01-05939-0

1. Geografia humana – Brasil. I. Silveira, Maria Laura. II.
Título.

CDD – 304.2
CDU – 911.3(81)

01-0133

Copyright © 2001 by Milton Santos e Maria Laura Silveira

Capa: Evelyn Grumach

Direitos exclusivos desta edição reservados pela
EDITORA RECORD LTDA.

Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – 20921-380 – Tel.: 2585-2000

Impresso no Brasil

ISBN 85-01-05939-0

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL

Caixa Postal 23.052

Rio de Janeiro, RJ – 20922-970



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

PRIMEIRA PARTE O TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ESFORÇO DE ANÁLISE

CAPÍTULO I

A questão: o uso do território 19

CAPÍTULO II

Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional 23

1. Problemas da periodização 23
2. A sucessão dos meios geográficos no Brasil 28
 - 2.1. Os meios “naturais” 28
 - 2.2. Os sucessivos meios técnicos 30
 - 2.2.1. O Brasil arquipélago: a mecanização incompleta 31
 - 2.2.2. O meio técnico da circulação mecanizada e dos inícios da industrialização 36
 - 2.2.2.1. A formação da Região Concentrada e a urbanização interior 42
 - 2.2.3. A integração nacional 43
 - 2.3. Meio técnico-científico-informacional 47
 - 2.3.1. O período técnico-científico 47
 - 2.3.2. O meio técnico-científico-informacional com a globalização 52

CAPÍTULO III**A constituição do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade no território 55**

1. Introdução 55
2. Construções, irrigação e barragens 55
3. Aeroportos e portos 57
4. Ferrovias, rodovias, hidrovias 62
5. Energia elétrica 69
6. Refinarias e dutos 72
7. Bases materiais das telecomunicações 73
8. Semoventes e insumos ao solo 86
9. Geografia da pesquisa e da tecnologia 89

CAPÍTULO IV**A constituição do meio técnico-científico-informacional, a informação e o conhecimento 93**

1. O conhecimento do território 93
2. A constituição recente do meio técnico-científico-informacional 101
3. Diferenças do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro 103

CAPÍTULO V**Uma reorganização produtiva do território 105**

1. Introdução 105
2. A “descentralização” industrial 106
3. “Guerra fiscal”, guerra dos lugares 112
4. Zona Franca de Manaus 116
5. A modernização da agricultura 118
6. Especializações territoriais produtivas 135
7. A Região Concentrada e o “resto” do território 140

CAPÍTULO VI**Os atuais círculos de cooperação, consequência dos circuitos espaciais da produção 143**

1. Introdução 143
2. A divisão territorial do trabalho, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação 145
 - 2.1. Ceca, CEAGESP, frigoríficos 148

- 2.2. Supermercados, feiras 150
- 2.3. *Shopping-centers* 151
- 2.4. Topologias de empresas 153
 - 2.4.1. Fumo 153
 - 2.4.2. Leite 154
 - 2.4.3. Grupo Arbi 155
 - 2.4.4. Informática 156
 - 2.4.5. Hering 156
 - 2.4.6. Cimento 157
 - 2.4.7. Grupo Sadia 158
 - 2.4.8. Companhia Vale do Rio Doce 160
 - 2.4.9. Refrigerantes e cerveja 161
 - 2.4.10. Indústria automobilística 163
 - 2.4.11. Grupo Itaú/Itaotec-Philco 164

CAPÍTULO VII**Por uma geografia do movimento 167**

1. Fluxos aéreos 167
2. Fluxos ferroviários 174
3. Fluxos rodoviários 176
4. Fluxos aquaviários 180
 - 4.1. Navegação de longo curso 180
 - 4.2. Navegação de cabotagem 183
 - 4.3. Navegação interior 183

CAPÍTULO VIII**O sistema financeiro 185**

1. Vocações e topologias dos bancos 189
2. Praças financeiras 192
3. Financeirização da sociedade e do território 195

CAPÍTULO IX**(Re) Distribuição da população, economia e geografia do consumo e dos níveis de vida 199**

1. A população 199
 - 1.1. Evolução demográfica 200
 - 1.2. Alfabetização 202

2. O processo recente de urbanização 202
 - 2.1. Cidades com mais de 20 mil habitantes 203
 - 2.2. Cidades com mais de 100 mil habitantes 205
 - 2.3. Cidades milionárias e metropolização 206
 - 2.4. Desmetropolização 207
 - 2.5. Processos e tendências 208
 - 2.6. Involução metropolitana 209
3. A população não-urbana 210
4. As migrações 212
5. O emprego 214
 - 5.1. Emprego nas Regiões Metropolitanas 217
 - 5.2. Cobertura trabalhista e previdenciária 217
 - 5.3. Trabalho doméstico 219
 - 5.4. Desemprego 219
6. Novas profissões 220
7. A renda 221
8. O consumo: expansão e aprofundamento 223
9. Os níveis de vida no território 225
 - 9.1. Energia elétrica 225
 - 9.2. Equipamentos do lar 226
 - 9.3. Educação e saúde 229
 - 9.4. Viagens, turismo e lazer 235
 - 9.5. Consumos culturais e da informação 237

SEGUNDA PARTE

O TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ESFORÇO DE SÍNTESE

CAPÍTULO X

A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado 247

CAPÍTULO XI

O território brasileiro: do passado ao presente 249

1. Um país com grandes extensões 249
2. O passado longo e sua herança 250
3. A dinâmica de um país que se industrializa 251
4. A dinâmica de um país unitário 252

5. A superposição da dinâmica globalizadora 253
6. Lógicas globais e reorganização do território 254
7. O espaço nacional da economia internacional 256

CAPÍTULO XII

As diferenciações no território 259

1. Novas desigualdades territoriais 259
2. Zonas de densidade e de rarefação 260
3. Fluidez e viscosidade 261
4. Espaços da rapidez e da lentidão 262
5. Espaços luminosos, espaços opacos 264
6. Espaços que mandam, espaços que obedecem 264
7. Novas lógicas centro-periferia 265
8. Os quatro Brasis... 268
9. ...e as diferenciações regionais da urbanização 273

CAPÍTULO XIII

Urbanização: cidades médias e grandes 279

1. Introdução 279
2. As cidades médias na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades 280
3. Das cidades médias às grandes cidades 284
4. O papel da vida metropolitana: a nova riqueza, a nova pobreza 286

CAPÍTULO XIV

Uma ordem espacial: a economia política do território 289

1. Introdução 289
2. As divisões do trabalho superpostas 290
3. Um espaço corporativo, a privatização do território 291
4. A lógica territorial das empresas 292
5. A ampliação dos contextos 294
6. O uso competitivo do território 295
7. A guerra global entre lugares 296
8. A circulação desnecessária 297
9. A instabilidade do território 298
10. Especializações alienígenas alienadas 299
11. As desarticulações resultantes 301
12. Desvalorizações e revalorizações do território 301

13. Neoliberalismo e uso do território 302
 14. Forças centrífugas e centrípetas hoje 303
 15. A racionalidade do espaço: da solidariedade orgânica à solidariedade organizacional 306

BIBLIOGRAFIA 309

ESTUDOS DE CASO

Os sistemas de engenharia e a tecnicização do território. O exemplo da rede rodoviária brasileira 329

MARCOS XAVIER

Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro 345

CILENE GOMES

Os sistemas de movimento do território brasileiro 357

FABIO BETIOLI CONTEL

Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil 375

SORAIA RAMOS

Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços 389

ELIZA ALMEIDA

Alguns nexos entre a atividade publicitária e o território brasileiro 401

LÍDIA ANTONGIOVANNI

A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria) 413

ADRIANA BERNARDES

Uma história de movimentos 433

MARIA ANGELA FAGGIN PEREIRA LEITE

ÍNDICE DE MAPAS 447

ÍNDICE DE ASSUNTOS 451

ÍNDICE ONOMÁSTICO 469

AUTORES 474

INTRODUÇÃO

Escolher um caminho de método significa levar em conta diversas escalas de manifestação da realidade, de modo a encontrar as variáveis explicativas fundamentais. Estas comparecem como as personagens principais do enredo a estabelecer, levando sobretudo em consideração que o espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas (M. Santos, 1996), que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por quê, para quê. Adotando tal ênfase nas técnicas, podemos privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos. Somente estes permitem enxergar a evolução das variáveis escolhidas dentro de uma situação, reconhecer as heranças e, ao mesmo tempo, as intencionalidades e a busca de sentido pela sociedade. A cada período podemos, assim, perguntar-nos o que é novo no espaço e como se combina com o que já existia.

Procuramos, desse modo, contar a história do território, o caminho percorrido entre etapas, um transcurso que leva do meio natural ao meio técnico e ao meio técnico-científico-informacional. O esforço central foi o de operacionalizar geograficamente a idéia de sistemas técnicos, entendidos como objetos e também como formas de fazer e de regular.

Buscamos apreender a constituição do território, a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e do de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades. Daí falarmos em divisão territorial do trabalho e em círculos de cooperação, o que, ao mesmo tempo, permite pensar o território como ator e não apenas como um palco, isto é, o território no seu papel ativo.

Dois objetivos principais nortearam a elaboração desta obra. Julgamos importante, de um lado, levar ao leitor comum uma interpretação geográfica

do Brasil e, de outro, oferecer aos estudiosos um guia de trabalho, mesmo incompleto.

Numa boa parte das teses doutorais, a escrita acadêmica teria sempre dois pólos: a teoria e a empiria. Na realidade, a teoria nem sempre o é, pois amiúde aparece como um discurso em que afirmações verazes, sem chegar a constituir um sistema de conceitos, são, para o objetivo do trabalho, apenas meias-verdades. Falta freqüentemente um esquema aplicável de forma efetiva ao que vai ser tratado como empírico. Assim, o que é obtido como empírico corre o risco de se revelar apenas uma listagem de fatos, ignorando que o que existe é sempre unitário. Na verdade, o que dá unidade às partes é a visão de conjunto que precede e acompanha o exercício da análise.

De todo modo, a teoria maior com freqüência se revela insuficiente ao ser mecanicamente adaptada aos níveis menores do real, isto é, às situações nacionais ou infranacionais. Surge, então, o problema das teorias menores. No caso vertente, torna-se necessário elaborar uma teoria menor do país e uma teoria menor do lugar, a serem situadas no plano empírico-teórico. Esse esforço não foi o único propósito desta obra, mas o de sugerir uma “teoria das mediações”, na qual a escolha dos fatos e relações relevantes possa estar apoiada. Daí a utilização de nossa antiga proposta da categoria de formação socioespacial.

Uma teoria do Brasil a partir do território é, na verdade, uma generalização num segundo nível, com a ambição de ser uma teoria e um método porque utiliza materiais e relações retirados das situações reais e, por isso, aplicável a esses níveis “inferiores”. Procuramos um nível de generalidade entre o teórico e o empírico, preocupados, porém, com o encontro de enfoques e conceitos dinâmicos, guiados todavia por objetivos precisos, específicos. O instrumental estatístico utilizado é sobretudo referente aos Estados da Federação. A escala municipal levaria a um nível de detalhamento maior, mas escaparia ao nosso objetivo neste trabalho.

Não se trata de um catálogo enciclopédico, nem de uma compilação exaustiva do que foi feito no Brasil, mas de um retrato das novas quantidades e sobretudo das novas qualidades do território que, vistas de maneira dinâmica, oferecem, ao mesmo tempo, fundamentos para vislumbrar tendências. O território já usado pela sociedade ganha usos atuais, que se

superpõem e permitem ler as discontinuidades nas feições regionais. Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, o são menos. Por isso cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades.

Essa problemática tem antecedentes antigos. Já em 1980, na reunião da AGB, foi apresentada e debatida a proposta de Milton Santos, de entender o espaço atual como um meio técnico-científico. Diversos artigos e livros aprofundaram essa linha de teorização e pesquisa (*Espaço e método; Metamorfoses do espaço habitado; A urbanização brasileira; Técnica, espaço e tempo; A natureza do espaço; Técnica e tempo; Razão e emoção*). E, por outro lado, em suas teses de doutorado e dissertações de mestrado, defendidas na Universidade de São Paulo, Maria Angela Faggin Pereira Leite, Wilson dos Santos, Luiz Cruz Lima, Maria Cecília Nogueira Linardi, Cilene Gomes, Marita Silva Pimenta, Denise Elias, María Laura Silveira, Delfina Trinca, Sérgio Gertel, Alcindo José de Sá, Samira Pedute Kahil, Manuel da Silva Lemes Neto, Lidia Antongiovanni e Eliza Almeida, de um modo ou de outro, trataram dessa questão do meio técnico-científico-informacional. No Departamento de Geografia e no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Margarete de Castro Afeche Pimenta, Luiz Fugazzola Pimenta, Leoni Mazzocchi Frizzo e Marília Natal, entre outros, trabalharam o mesmo tema.

Apresentamos um texto em duas grandes partes e catorze capítulos. Na primeira delas, oferecemos um esforço de análise, discutindo, no primeiro capítulo, a noção que vai nortear a pesquisa, isto é, o uso do território. No segundo capítulo mostramos a transformação do Brasil do meio natural, os sucessivos meios técnicos e o advento do meio técnico-científico-informacional. Mas é no terceiro capítulo que nos debruçamos sobre a constituição desse novo meio geográfico, suas bases materiais fixas, os semoventes e os insumos ao solo. O capítulo quarto propõe discutir o papel da informação e do conhecimento nesse novo espaço geográfico. No quinto capítulo privilegamos a reorganização produtiva do território, indicando as novas manifestações da descentralização industrial, da modernização agrícola e, sobretudo, as especializações territoriais produtivas. A presença de uma Região Con

centrada fica, assim, mais evidente. No capítulo seis, a idéia de movimento ganha a cena com o desenvolvimento da categoria de círculos de cooperação. Assim, buscamos explicar as formas de abastecimento e as topologias de algumas empresas. O capítulo sétimo descreve a multiplicação de movimentos no território nacional que vem configurar uma nova geografia. Esta se completa com as novas manifestações das finanças, motor do período contemporâneo e objeto das análises do oitavo capítulo. No capítulo nove, a ênfase foi dada à dinâmica da população e da urbanização, assinalando a importância da nova cidade média, das metrópoles e dos processos de involução metropolitana. Foram outrossim exploradas as características da população segundo seu lugar de origem e de vida, a renda, o emprego e os consumos.

Já na segunda parte, que inclui os capítulos dez até catorze, oferecemos um esforço de síntese do território atual, discutindo, no capítulo dez, a idéia de território usado. Uma revisão da história do território brasileiro permitiu-nos, no capítulo onze, apontar as relações da dinâmica globalizadora num país de grandes extensões como o Brasil, tornado um espaço nacional da economia internacional. É a partir dessas bases que, no capítulo doze, esboçamos as bases para uma nova divisão do Brasil em quatro grandes regiões, o que permite compreender as novas desigualdades territoriais, as zonas de densidade e rarefação, os espaços da rapidez e da lentidão, os espaços que mandam e os espaços que obedecem... Retomamos, no capítulo treze, a urbanização, o papel das cidades médias como encruzilhada das verticalidades e horizontalidades e o papel da vida metropolitana. Por fim, o capítulo catorze vem propor questões como as divisões do trabalho superpostas, a constituição de um espaço corporativo a partir da lógica das empresas e, sobretudo, o uso competitivo do território, com instabilidades, desarticulações, desvalorizações e revalorizações de nova natureza no território brasileiro.

Concebido como uma unidade, o livro oferece, também, oito contribuições temáticas. Marcos Xavier discorre sobre as sucessivas modernizações dos sistemas de engenharia, analisando o caso da rede rodoviária brasileira. Essa perspectiva articula-se com a explanação das bases materiais das telecomunicações e da informática desenvolvida por Cilene Gomes. É esse arcabouço técnico e organizacional que é causa e consequência dos novos sistemas de movimento, assunto estudado por Fabio Betioli Contel. O papel que, na

constituição do meio técnico-científico-informacional, cabe à nova agricultura é analisado por Soraia Ramos. Os novos serviços metropolitanos no período da globalização são a preocupação de Eliza Almeida, enquanto Lídia Antongiovanni explica a função da mídia e da publicidade nos usos atuais do território nacional. Adriana Bernardes se debruça sobre a questão da informação, da racionalidade e da nova divisão territorial do trabalho na definição do centro informacional de São Paulo. Por fim, num enfoque abrangente e comparativo, a professora doutora Maria Angela Faggin Pereira Leite nos oferece um vivo retrato da evolução e da situação atual da paisagem nas cidades do Recife, Belo Horizonte e Brasília.

Um anexo de mapas vem ilustrar igualmente alguns dos principais fenômenos tratados no texto. As tabelas incluídas neste são apenas algumas entre as que formam o numeroso banco de dados constituído para apoiar a redação.

Foi preciosa a colaboração das geógrafas Paula Borin e Flávia Grimm ao longo das diversas etapas da pesquisa bibliográfica, documental e estatística, assim como na fase da redação e de preparação do livro. Fomos, também, muito ajudados, em momentos diversos do trabalho, pelos bolsistas de iniciação científica Iara Sakitani, Gustavo Lara Goulart Nobre, Marcelo Pisetta, Edison Claudino Bicudo Júnior, Vanir de Lima Belo, Adriano Nogueira Zerbini e Ricardo Pagliuso Regatieri.

Nosso agradecimento vai também para os colegas, de diversas universidades brasileiras, Maria Adélia A. de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro, Leila Christina Dias, Roberto Lobato Corrêa, Rosa Ester Rossini, Armen Mami-gonian, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Eliseu Spósito, Lia Osório Machado, Hindemburgo Pires e Mónica Arroyo, cuja crítica rigorosa e oportuna ao nosso projeto foi inestimável.

O apoio da FAPESP e do CNPq foi fundamental e, no primeiro momento da pesquisa, o da FINEP, por intermédio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR).

Procuramos assim propor, modestamente, uma teoria do Brasil a partir do território, uma tentativa de explicação da sociedade brasileira tomando como ponto de fundo o próprio espaço geográfico.

PRIMEIRA PARTE

**O TERRITÓRIO BRASILEIRO:
UM ESFORÇO DE ANÁLISE**

CAPÍTULO I

A questão: o uso do território

A linguagem cotidiana freqüentemente confunde território e espaço. E a palavra *extensão*, tantas vezes utilizada por geógrafos franceses (*étendue*), não raro se instala nesse vocabulário, aumentando as ambigüidades. Uma discussão nos meios geográficos se preocupa em indicar a precedência entre essas entidades. Isso se dá em função da aceção atribuída a cada um dos vocábulos. Para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro (André-Louis Sanguin, 1977; Claude Raffestin, 1980, 1993).

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.

Num sentido mais restrito, o território é um *nome político* para o espaço de um *país*. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território.

Adotando-se essa linha, impõe-se a noção de “espaço territorial”: um Estado, um espaço, mesmo que as “nações” sejam muitas. Esse espaço territorial está sujeito a transformações sucessivas, mas em qualquer momento os termos da equação permanecem os mesmos: uma ou mais nações, um Estado, um espaço.

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria.

Entretanto uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação (M. Santos, 1996; M. L. Silveira, 1999a) que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças.

O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.

Na medida em que são representativas das épocas históricas, as técnicas,¹ funcionando solidariamente em sistemas, apresentam-se assim como base para uma proposta de método. Esses sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação. Eles autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho. Por isso a divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes têm um papel fundamental

¹Nossa preocupação é com a técnica e não apenas com a tecnologia, pois a primeira envolve todas as formas técnicas, com ênfase nas que hoje têm embutidas a ciência e a informação — uma técnica informacional e não a pura tecnologia.

na repartição do trabalho vivo. Por essa razão a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser entendido a partir da categoria de formação socioespacial (M. Santos, 1977). A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (M. Santos, 1987; M. L. Silveira, 1997).

Debruçando-nos sobre esse novo meio geográfico, buscamos compreender o papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais, jurídicas e políticas, todas impregnadas, hoje, de ciência, técnica e informação. Outro dado indispensável ao entendimento das situações ora vigentes é o estudo do povoamento, abordado sobretudo em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens, ordens. É também a história da fluidez do território, hoje balizada por um processo de aceleração (M. Santos, 1996). Com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território. O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos

para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se reconstróem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer.

Nesse arcabouço levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emisoras de rádio e TV etc.), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares.

É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição. Uma preocupação com o entendimento das diferenciações regionais e com o novo dinamismo das suas relações tem norteado particularmente a busca de uma interpretação geográfica da sociedade brasileira.

CAPÍTULO II

Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional

1. Problemas da periodização

A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial. Trata-se de encontrar e desenvolver nexos horizontais e verticais. E esta é uma tarefa temerária, pois basta que nos equivoquemos quanto à hierarquia dos fatores em um dado momento para que o nosso edifício intelectual se mostre sem firmeza. O trabalho se complica porque o espaço acumula defasagens e superposições de divisões do trabalho — sociais e territoriais. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço são assíncronicas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as discontinuidades que permitiriam explicar as diversidades regionais, aquilo que também se costuma chamar de desigualdades ou desequilíbrios regionais.

A questão é escolher as variáveis-chave que, em cada pedaço do tempo, irão comandar o sistema de variáveis, esse sistema de eventos que denominamos *período*. Eis o princípio a partir do qual podemos valorizar os processos e reconhecer as novidades da história do território.

Como um elemento não pode evoluir isoladamente, nem é capaz de se transformar sem arrastar os demais no seu movimento, o nosso problema não é o da evolução particular de um elemento, mas o da evolução global.

Não temos, porém, a preocupação de estabelecer cortes rígidos. Ao contrário, desejamos realçar sobretudo as épocas e menos os marcos que as separam. Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que desmantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período.

Periodizações de economistas e sociólogos podem ser ricas e inspiradoras, mas com frequência são insuficientes, pois raramente tomam em consideração a materialidade e os dinamismos do território. A base das periodizações não é constituída apenas pelas relações sociais (Rebeca Scherer, 1987). Estas não bastam como dado explicativo, porque não se dão num vácuo. É preciso, então, pensar paralelamente as técnicas como formas de fazer e de regular a vida, mas ao mesmo tempo como cristalização em objetos geográficos, pois estes também têm um papel de controle devido ao seu tempo próprio, que modula os demais tempos.

Sobretudo entre os economistas e historiadores, a industrialização desponta como fundamento de uma boa parte das periodizações. Um autor como Mircea Buescu (1985, pp. 94-95) delimita quatro períodos para descrever os surtos industriais no país, a partir do comportamento do poder público e dos capitais estrangeiros: a) 1903-1913; b) 1920-1929: bom comportamento do setor externo, capacidade de importar, entrada de capitais estrangeiros, reduzida atividade investidora do governo; c) 1933-1939: retração do comércio internacional, o governo não investe muito, mas fomenta por meio do crédito especializado; d) 1946-1961: substituição de importações e processo de industrialização intensiva, ampliação do planejamento econômico. Argemiro Jacob Brum (1982, 1990) indica a existência de uma longa fase primário-exportadora (1500-1930), uma fase de tentativa de construção de um desenvolvimento nacional e autônomo baseada na industrialização via subs-

tituição de importações (1930-1964) e uma fase de desenvolvimento associado dependente (aprofundada a partir de 1964, embora seu início tenha ocorrido na segunda metade da década de 1950).

Não podemos esquecer os trabalhos de Ignácio Rangel (1981), que buscam compreender o que ele chama de dualidade brasileira, embasados na teoria dos ciclos longos (mais ou menos cinqüenta anos) de Kondratieff e dos ciclos médios (dez anos) de Juglar.

Levando em conta variáveis como a ação do Estado, a indústria, a agricultura e a urbanização, José Carlos Pereira (1984) assinala alguns períodos: a industrialização brasileira até a Segunda Guerra Mundial, a do pós-guerra até a crise 1963-1965 e a passagem do desenvolvimento nacional ao desenvolvimento excludente.

Uma das periodizações mais frutuosas, do ponto de vista da história do território, talvez seja a de Caio Prado Jr. na sua obra *História econômica do Brasil*, quando ele propõe considerar oito momentos: a) preliminares (1500-1530); b) a ocupação efetiva (1530-1640), definida pelo início da agricultura e suas atividades acessórias; c) a expansão da colonização (1640-1770), marcada pela mineração e ocupação do Centro-Sul, a pecuária e o povoamento do Nordeste, a colonização do vale amazônico e a colheita florestal; d) o apogeu da Colônia (1770-1808), com o renascimento da agricultura e a incorporação do Rio Grande do Sul para a atividade pecuária; e) a era do liberalismo, entre 1808 e 1850, determinada pelo declínio do pacto colonial e o aparecimento do capitalismo industrial; f) o império escravocrata e a auro-ra burguesa (1850-1889), caracterizados pela evolução agrícola, um novo equilíbrio econômico, a decadência do trabalho servil e sua abolição, a imigração e a colonização; g) a república burguesa (1889-1930), com dois subperíodos — a industrialização e o imperialismo — e, por fim, h) a crise de um sistema a partir de 1930. O livro é de 1945.

Na sua importante obra *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado distingue cinco etapas: a) os fundamentos econômicos da ocupação territorial (até a implantação da empresa agrícola); b) a economia escravagista da agricultura tropical (séculos XVI e XVII); c) a economia escravagista mineira (século XVIII); d) a economia de transição para o trabalho assalariado (século XIX) com a economia cafeeira, a imigração européia, a transumância ama-

zônica e a eliminação do trabalho escravo; e, finalmente, e) a economia de transição para um sistema industrial (século XX), com a crise do café e o deslocamento do centro dinâmico.

Dentro do que denomina período da revolução burguesa e capitalismo dependente no Brasil, Florestan Fernandes (1974, 1981, pp. 224-225) aponta três fases.

A fase de eclosão do mercado capitalista moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, *grosso modo*, da abertura dos portos até aos meados ou à sexta década do século XIX. A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente; e vai, *grosso modo*, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 50, no século XX. A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, por meio das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964”.

A árdua tarefa de contar a história do território é empreendida também por Nestor Goulart Reis Filho (1968, p. 16), quando ele critica as tentativas, até então feitas, de generalizar a história urbana do Brasil sem distinguir etapas no desenvolvimento brasileiro ou diversidades regionais, constituindo “um excesso de unidade para séculos de história, e em território tão vasto, com atividades econômicas tão diversas, como o foram a agroindústria do açúcar, o bandeirismo, a pecuária extensiva e a mineração”.

A periodização em ciclos — pau-brasil, açúcar, ouro e diamantes, algodão etc. —, proposta e discutida por vários historiadores, não é realista, diz Manuel Correia de Andrade (1995, p. 43), pois a exportação de um produto continuava no ciclo seguinte como um produto menos expressivo. E esse geógrafo, que tampouco concorda com o esquema dos modos de produção,

propõe interpretar a história brasileira usando conceitos ligados à formação econômico-social.

A busca de uma periodização do território brasileiro é um partido essencial para um projeto ambicioso: fazer falar a nação pelo território. Assim como a economia foi considerada como a fala privilegiada da nação por Celso Furtado, o povo por Darcy Ribeiro e a cultura por Florestan Fernandes, pretendemos considerar o território como a fala privilegiada da nação.

Nosso propósito aqui é apresentar a sucessão de meios geográficos no Brasil. Assim, ao longo da história da organização do território brasileiro, três grandes momentos poderiam, *grosso modo*, ser identificados: os meios “naturais”, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional.

O primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus, empenhados todos, cada qual a seu modo, em amansar esses ritmos. A unidade, então, era dada pela natureza, e a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. Num período pré-técnico, a escassez era a dos instrumentos artificiais necessários ao domínio desse mundo natural.

Uma segunda grande fase é a dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. A mecanização seletiva desse verdadeiro conjunto de “ilhas” que era o território exige que se identifiquem subperíodos. As técnicas pré-máquina e, depois, as técnicas da máquina — mas apenas na produção — definem o Brasil como um arquipélago da mecanização incompleta. Mais tarde, com a incorporação das máquinas ao território (ferrovias, portos, telégrafo), estaríamos autorizados a apontar um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização balbuciante, caracterizado também pelos primórdios da urbanização interior e pela formação da Região Concentrada.² No pós-guerra sobrevém a integração nacional, graças à construção de estradas de rodagem, à continuação do estabelecimento

²Essa denominação — Região Concentrada — foi introduzida na literatura geográfica com as pesquisas dirigidas, no Rio de Janeiro, por Milton Santos e Ana Clara Torres Ribeiro (*O conceito de Região Concentrada*, 1979). Essa região estaria constituída pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

das ferrovias e a uma nova industrialização. Dá-se uma integração do território e do mercado, com uma significativa hegemonia paulista.

O terceiro grande período é a construção e a difusão do meio técnico-científico-informacional. Cabe, todavia, diferenciar uma primeira fase, um período técnico-científico que, no Brasil dos anos 70, caracterizou-se, entre outros aspectos, por uma revolução das telecomunicações. É sobretudo nesse momento que, ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas, o meio técnico realmente se difunde. Mas o novo meio geográfico (técnico-científico-informacional) permanece circunscrito a algumas áreas. Já com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez das novas variáveis-chave. Com o meio técnico-científico-informacional, agravam-se as diferenças regionais e aumenta a importância da Região Concentrada com a hegemonia paulista, mas também a partir da ocupação de áreas periféricas com produções modernas.

2. A sucessão dos meios geográficos no Brasil

2.1. Os meios "naturais"

Os pedaços da crosta terrestre utilizados pelos grupos humanos para desenvolver sua base material nos primórdios da história constituem o que estamos chamando de meio natural (ou pré-técnico?). Todavia a presença do homem já atribui um valor às coisas, que, assim, passam a conter um dado social. Por outra parte, como toda ação supõe uma técnica, a idéia de meio geográfico não pode ser desvinculada dessa noção de técnica. Daí o relativismo de denominações como "natural" e "pré-técnico".

Como porém denominar esse meio que era, de um lado, ocupado por uma vasta e quase impenetrável floresta e, de outro, constituía o domínio do cerrado e da caatinga e onde a vida humana ocupava apenas os interstícios? Uma floresta de 1 milhão de quilômetros quadrados, a Mata Atlântica, associava-se a outra muito maior, a floresta amazônica (Warren Dean, 1995; 1997,

pp. 24-25). Durante milhares de anos habitaram nelas caçadores-coletores e, depois, grupos que se alimentavam unicamente de ostras, sem desenvolver objetos e sem deixar outro vestígio além dos sambaquis (W. Dean, 1995, pp. 41 e ss.).³

Diversos instrumentos de trabalho e formas de fazer, lentamente elaborados, terão concorrido para a realização, aqui, de uma fase basilar da história do homem, isto é, a domesticação de plantas e animais. O despontar da agricultura foi também sinônimo de desmatamento. Todavia, esse processo não significou a implantação de próteses nos lugares, mas a imposição à natureza de um primeiro esboço de presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscavam sobrepor-se às leis naturais. Todavia a natureza comandava, direta ou indiretamente, as ações humanas. A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda aqui a natureza triunfa e o homem se adapta. Era um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois permitia-se que a floresta voltasse a crescer durante algumas décadas, antes de o plantio recomeçar num mesmo lugar.

Grupos étnicos diferentes, num desenvolvimento endógeno, criaram objetos dotados de eventual semelhança com técnicas de outros povos. Tratava-se talvez daquilo que André Leroi-Gourhan (1945) chamou de universalidade das técnicas, nascidas espontaneamente em lugares diferentes, e não de difusão técnica devida a contatos — a lei da imitação de Gabriel Tarde (1921) —, pois a maior parte das tribos vivia isolada.

Constituindo dezenas de grupos tribais que moravam em aldeias de trezentos a 2 mil habitantes, a matriz tupi somava provavelmente 1 milhão de índios (F. Fernandes, 1949). Os tupis, que desalojaram os primeiros agricultores das áreas litorâneas, eram capazes de navegar os rios e cultivar a terra, produzindo excedentes e estocando-os. Habitavam amplas áreas da floresta

³Nas áreas litorâneas, recifes ou bancos de areia permitiam a formação de estuários de maré. Os grupos encontravam pântanos de mangues e ostras de mangue. Coletavam os moluscos, alimentavam-se deles e atiravam as conchas por cima dos ombros. Essas acumulações de conchas foram denominadas *sambaquis* e testemunham um modo de vida que durou pelo menos 7 mil anos (W. Dean, 1995; 1997, pp. 42-43).

amazônica e da floresta tropical, a maior parte do litoral e ainda parte do cerrado e da caatinga. Darcy Ribeiro, para quem os índios teriam sido vários milhões, explica (1995, 1997, p. 29) que eles “falavam dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam”.

A floresta amazônica era ainda povoada por outros grupos indígenas: caribas, tucanos, aruaques e panos. O grupo jê alcançava uma ampla área do cerrado, da caatinga e da área mais meridional da Mata Atlântica, enquanto o grupo cariri circunscrevia-se à caatinga. Nos campos do Sul, na atual vizinhança com o Uruguai, habitavam os charruas.

Os assentamentos humanos fundavam-se assim nas ofertas da natureza (Maria do Carmo C. Galvão, 1992), e as localizações econômicas resultavam da combinação entre as necessidades de cada produto e as condições naturais preexistentes. O caso do Recôncavo Baiano e do Nordeste (também açucareiro) ilustra esse tipo de relações nos séculos XVI, XVII e XVIII. Poder-se-ia dizer que o reino da necessidade balizava a reprodução harmoniosa da natureza.

Era, desse modo, um território caracterizado pelos tempos lentos, onde as diferenciações enraizavam-se na natureza e um tempo humano buscava timidamente ocupar os alvéolos de um tempo “natural”.

2.2. Os sucessivos meios técnicos

Na sua evolução, como lembra o filósofo Alfred Whitehead (1919), a natureza diversifica-se e se faz outra porque mudam seus elementos e ela própria como um todo. Analogamente, o movimento da sociedade e a transformação dos conteúdos e funções dos lugares podem ser entendidos pelas sucessivas divisões territoriais do trabalho (M. Santos, 1996, p. 105). A produção em cada lugar é o motor do processo, porque transforma as relações do todo e cria novas vinculações entre as áreas. Distribuído no território ao sabor do trabalho morto, isto é, dos lugares já organizados para uma dada produção, o trabalho vivo organiza-se sob novas formas de produção e circulação, e desse modo uma nova divisão territorial do trabalho se impõe à preexistente.

Mais tarde, a invenção e difusão das máquinas e a elaboração de formas de organização mais complexas permitiram outros usos do território. Novas geografias desenham-se, sobretudo a partir da utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses. O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos.

Poderíamos assim reconhecer diversos momentos em um processo de evolução que é permanente. No primeiro podemos falar do território brasileiro como um arquipélago, contendo um subsistema que seria o arquipélago mecanizado, isto é, o conjunto de manchas ou pontos do território onde se realiza uma produção mecanizada. Depois, a própria circulação se mecaniza e a industrialização se manifesta. É somente num terceiro momento que esses pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território. Essa integração revela a heterogeneidade do espaço nacional e de certo modo a agrava, já que as disparidades regionais tendem, assim, a tornar-se estruturais.

2.2.1. O Brasil arquipélago: a mecanização incompleta

Relacionadas com a demanda do exterior, formam-se zonas econômicas e criam-se verdadeiras famílias e gerações de cidades (M. Santos, 1971) testemunhando uma sucessão de divisões territoriais do trabalho fundadas em graus diversos de tecnificação. Em um primeiro momento, as aglomerações resultaram da instalação dos serviços de governo (Maurício de A. Abreu, 1997), começando pela fiscalização das atividades rentáveis tanto na agricultura como na mineração. Cidades do ouro e cidades do diamante, cidades de estradas de ferro, cidades de passagem, bocas de sertão e cidades planejadas pelas companhias de colonização são os tipos principais a partir dos quais Pierre Deffontaines (1944) assinala o dinamismo da urbanização brasileira. O desenvolvimento urbano era uma consequência imediata da construção

de dois fatores principais: a localização do poder político-administrativo e a centralização correspondente dos agentes e das atividades econômicas. É o caso, entre outros, de Salvador e do Recife e também do Rio de Janeiro, capital do Vice-reino do Brasil em 1763 (Lysia Bernardes e Maria Theresinha de Segadas Soares, 1987).

Todavia o governo geral instalado em Salvador em 1549 e, depois, o vice-reinado no Rio de Janeiro, a transferência da cabeça do Império português em 1808 e a Independência em 1822 foram, para a história do país, fatos marcantes mas incapazes de criar, no domínio da economia, fluxos verdadeiramente nacionais. A máquina de Estado servia para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua. A unidade política e lingüística se dava ao mesmo tempo em que as diversas regiões, produzindo para o mercado externo, a este se ligavam praticamente sem intermediário, de modo que sua evolução espacial e econômica era ditada por relações quase diretas. Daí a imagem de um vasto arquipélago formado, na verdade, por um conjunto de “penínsulas” da Europa.

Escravidão e domínio são outros termos para contar a história colonial do território brasileiro. Homens, plantas e animais de três continentes, sob o império dos europeus, encontraram-se e, no seu convívio obrigatório, criaram uma nova geografia nessa porção do planeta.

A cultura da cana-de-açúcar, baseada no desmatamento da floresta,⁴ ajuda a fundar uma série de pequenos centros na Zona da Mata nordestina e no Recôncavo Baiano (Thales de Azevedo, 1955; Maria de Azevedo Brandão, 1988; Pedro de A. Vasconcelos, 1997; Maria Auxiliadora da Silva, 1972). Responsáveis pela escravidão de africanos nessas terras, os engenhos constituíram uma manifestação precoce da mecanização. Foi a principal razão da importância de Salvador e Recife no começo da época colonial (Josué de Castro, 1957; Gilberto Freyre, 1933, 1998). Esses engenhos, explica Sérgio

⁴“Pode-se calcular que até 1700 — cerca de 150 anos após a exportação do açúcar alcançar escala comercial — os campos de cana teriam eliminado uns mil km² da Mata Atlântica, supondo-se um crescimento quase constante e os campos de cana ‘cansados’ sendo abandonados para a agricultura de subsistência ou pastagens após uma média de quinze anos” (W. Dean, 1995; 1997, p. 96).

Buarque de Holanda (1936, 1995, p. 80), constituíam organismos completos, fornecendo alimentos, ensino e religião aos seus moradores. Mas no Nordeste semi-árido, aponta Manuel Corrêa de Andrade (1995, p. 47), formou-se “uma sociedade pecuarista dominada por grandes latifúndios cujos detentores quase sempre viviam em Olinda ou Salvador”.

A interiorização do povoamento foi devida, de um lado, à mineração e, de outro, à criação de gado nas fazendas. A exploração dos diamantes e do ouro foi responsável pela existência de inúmeros núcleos de vida urbana no interior dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Três áreas principais de criação de gado despontavam nos albores do século XIX: os sertões do Norte e do Nordeste, que abasteciam a zona agrícola do litoral, a zona de mineração, Minas Gerais, que contava com melhores condições técnicas, e os campos do Sul, que serviram à produção de couro e charque (Caio Prado Jr., 1945, pp. 185, 192, 198). Esse avanço para o coração do continente não retirou, porém, a importância demográfica do litoral, pois, conforme esse autor (pp. 30 e 33), de uma população de 3 milhões de habitantes no começo do século XIX, 60% concentravam-se nas áreas litorâneas.

Os portos, lugar de solidariedade entre navios, rotas de navegação e zonas produtivas, as ferrovias, as primeiras estradas de rodagem e usinas de eletricidade permitiram a constituição dos primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro. Todavia, em enormes pedaços do território, como a Amazônia, impunha-se o meio natural, com significativos estorvos à exploração e à posse. A produção e o comércio da borracha, baseados na possibilidade do investimento público, permitiram o crescimento de Belém e Manaus. Ao café devem São Paulo e Santos a sua fortuna. O cacau criou uma rede de cidades, assim como o porto de Ilhéus.

As primeiras linhas regulares de navegação entre o Brasil e o Velho Mundo, a partir de 1850, convidam à construção de cais nos portos do Rio de Janeiro, Bahia, São Luís do Maranhão, Recife, Cabedelo e as docas em Belém do Pará, que até então operavam como pontos de um precário desembarque. No Rio de Janeiro, as novas infra-estruturas portuárias nascem em solidariedade com as primeiras estradas de ferro, como a Pedro II.

Ainda que existissem, no final do século XIX, alguns caminhos de terra, sem drenagem e com escassas pontes para atravessar os rios, eles permitiam

apenas o tráfego de animais e não se encadeavam em sistemas com os portos. Todavia, no Sudeste e no Sul já existiam algumas estradas que, embora permitindo a circulação de diligências, não foram eficientes na concorrência com as ferrovias para escoar as produções (Milton Vargas, 1994a, p. 140).

O crescimento das cidades, entretanto, foi desigual devido às oscilações das economias regionais ou de seu papel político (Pedro P. Geiger, 1963; Murilo Marx, 1991). Formavam-se verdadeiros circuitos interiores, cada qual dominando uma dada extensão do território com os meios limitados de que dispunham. A inexistência de transportes interiores rápidos era responsável por um isolamento quebrado apenas pelos transportes marítimos. Como essas aglomerações viviam sobretudo do comércio, a hierarquia entre elas dependia das relações com o estrangeiro. Mas ainda não havia uma integração.

Daí a inexistência de uma rede urbana verdadeiramente nacional. Não se podia tampouco falar de uma metrópole nacional, salvo no que diz respeito, até certo ponto, aos aspectos político e cultural. Os intercâmbios, conquanto limitados, não ocultavam um caráter hierárquico. Este estava essencialmente realizado no domínio da administração, que foi completamente centralizada até a República de 1889. No entanto, essa centralização permaneceu, graças à distribuição constitucional dos impostos, cuja arrecadação rendia grandes somas de dinheiro ao governo federal.

As maiores cidades formaram-se no litoral ou nos seus arredores (Antonio Carlos Robert Moraes, 1991; 1999). Pode-se até afirmar que, exceto para as cidades do ouro, a vida urbana praticamente não existia fora das zonas litorâneas e sublitorâneas. As metrópoles coloniais eram igualmente portos, ao passo que, na região interior mais próxima, centros intermediários se formavam, destinados a servir mais diretamente às zonas de produção. Formando um conjunto funcional com o porto de Santos, o caso de São Paulo é diferente, pois corresponde a uma expansão da produção do café (Vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto) (Ari França, 1956; Maria Irene de Q. Szmecsányi, 1983). Mas, até meados do século XIX, Santos foi o porto do açúcar, para converter-se depois em porto do café, com a “formação do verdadeiro binômio São Paulo-Santos” (José R. Araújo Filho, 1969, p. 55).

Em todos os casos, as maiores cidades presidem a uma economia de produção voltada para o estrangeiro. É a explicação desse urbanismo de fachada

que reflete a condição de dependência da economia nacional. A exceção das cidades criadas (Belo Horizonte, Goiânia, Aracaju), a organização urbana do Brasil era uma herança direta da colonização.

Durante quatro séculos vagarosos, o território brasileiro, mas sobretudo algumas áreas, como a Bahia, foram a base de uma produção fundada na criação de um meio técnico muito mais dependente do trabalho direto e concreto do homem do que da incorporação de capital à natureza. Esta, de certo modo, teve ao longo do tempo um papel relevante na seleção das produções e dos homens.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção (é o caso do açúcar) e, depois, o território se mecanizam, mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro. Às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território.

Contudo, as primeiras indústrias brasileiras não eram obrigatoriamente urbanas. Algumas dependiam diretamente de matérias-primas — como o algodão cultivado em áreas da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão — ou de fontes de energia que se encontravam fora das cidades.

Em 1881 existiam 44 estabelecimentos industriais têxteis brasileiros, dos quais a região da Bahia possuía o maior número. Todavia a maior parte da produção correspondia ao Estado do Rio de Janeiro, onde seis estabelecimentos forneciam 8,8 milhões de metros de tecidos, enquanto na Bahia se produziam 3,559 milhões de metros. Já São Paulo, apesar de contar com nove estabelecimentos, produzia apenas 1,97 milhão de metros. Em Minas Gerais, oito estabelecimentos produziam somente 361 mil metros de tecido.

Um fato porém é importante e deve ser ressaltado: a localização da produção mostra claramente o papel preponderante da população. É por essa razão que das 636 fábricas existentes no Brasil em 1890, e que empregavam 54.169 operários, as mais numerosas e importantes estavam no Rio de Janeiro. São Paulo, cuja população era de apenas 50 mil habitantes, tinha somente 3.600 operários.

Em 1907, o então Distrito Federal, atual município do Rio de Janeiro, detinha ainda o primeiro lugar, com 33,1% da produção industrial, 24% do total de operários e 20% do conjunto de estabelecimentos do país. São Paulo

assegurava 16% da produção total, enquanto o Rio Grande do Sul ficava com 15% e o Estado do Rio de Janeiro com 7%. Nenhum outro Estado chegava a 5%.⁵ Mas em 1920, enquanto o Rio de Janeiro produz 20,8%, São Paulo já alcança 31,5% do total nacional.

Nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a política oficial de imigração e colonização assinalou a forma de povoamento e de trabalho. E, sobretudo em São Paulo, parte da imigração constituía uma mão-de-obra qualificada, os imigrantes eram também portadores de um modelo de consumo que conheceram ou almejavam obter nos países de origem. Isso ajuda a explicar o desenvolvimento industrial.

São Paulo conseguiu uma expansão máxima da produção de café numa fase em que havia mercado para esse produto, porque o nível de vida estava em elevação na Europa e nos Estados Unidos. Os recursos obtidos permitiram uma realização econômica diversificada na área cafeeira. Como os preços eram favoráveis e o volume da produção crescia rapidamente, parte do salário podia ser liberada para um consumo mais amplo. Ao mesmo tempo, a industrialização nascente se fez numa fase em que os progressos técnicos eram menos rápidos, de sorte que o tempo de vida de uma fábrica era maior e a cada necessidade de aumentar a produção uma outra fábrica era agregada. A economia era de certo modo concorrencial, e por isso mesmo criavam-se mais empregos e o salário fabril servia, juntamente com o rural, para encorajar o nascimento de outras fábricas.

2.2.2. O meio técnico da circulação mecanizada e dos inícios da industrialização

Uma transição pode ser observada entre o período anterior, herança da época colonial pré-mecânica, e a verdadeira integração nacional.

⁵Mas a indústria paulista conhecia então um ritmo de expansão muito rápido. Em 1885 São Paulo, com os seus 3.172 operários, produzia um montante de Cr\$ 20.598.000 de produtos industriais. Em 1905 o número de operários multiplicava-se por treze (39.159), e o valor da produção por doze (Cr\$ 242 milhões). O ritmo de crescimento já era superior ao do Rio de Janeiro, ultrapassado em 1910. Em 1920 o Estado de São Paulo possuía 83.998 operários, isto é, 30% do total da população ativa do país.

Esse período de transição teve, regionalmente, expressão e duração diferentes. Mas, para o conjunto do país, pode-se situá-lo entre o começo do século XX e a década de 1940. É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul. Paralelamente, aumenta de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas sociais.

O aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional, enquanto a navegação, muito mais importante para o exterior, apenas ensejava um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, assim como entre os portos de importância. Rompia-se, desse modo, a regência do tempo "natural" para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava com um tempo rápido para fora. Este se encarnava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada.

E assim, usando os termos de Georges Friedmann (1966, 1977, pp. 7-8), poderíamos dizer que "máquinas de produção e máquinas de circulação" se espalham no território brasileiro, consolidando as áreas de mineração e contribuindo para criar áreas de monocultura de exportação, unidas aos portos litorâneos por estradas e ferrovias. A produção e a distribuição de energia, até o início do século XX, circunscreviam-se aos centros urbanos⁶ e a essas áreas de maior espessura da divisão do trabalho. É o caso de Minas Gerais, com a construção das usinas Ribeirão do Inferno (Diamantina), vinculada à exploração de diamantes, Macacos (Nova Lima) e Marmelos I e II (Juiz de Fora).⁷ As possibilidades técnicas de transmissão eram circunscritas ao lugar.

⁶A primeira instalação de iluminação elétrica no país foi feita na cidade do Rio de Janeiro em 1879.

⁷Todas eram usinas térmicas e hidráulicas, construídas na década de 1880 para auxiliar os trabalhos de mineração.

Em 1901 foi implantada a usina de Santana do Parnaíba no Estado de São Paulo, sobre o rio Tietê, capaz de gerar 16 mil quilowatts.

Entre 1900 e 1935 iniciaram suas operações no Brasil 13 portos fluviais e marítimos, correspondendo cinco à região Nordeste, três à região Sudeste, três à região Sul e dois à região Norte. Dentre estes, Manaus, cujo cais foi construído em 1903, possibilitou o escoamento de um bem altamente apreciado nos mercados mundiais: a borracha amazônica. O porto de Belém foi planejado como um sistema de engenharia que envolvia cais, avenidas, armazéns, linhas férreas, casas de máquinas e outros edifícios complementares.

Pode-se dizer que esse é o momento da mecanização do território brasileiro e também da sua motorização, com a extensão, em sistema com os portos, de linhas ferroviárias. Até a década de 1940, a expansão da rede aumenta num ritmo importante, porém com profundas diferenças regionais. Contando com 16.782 quilômetros de estradas de ferro em 1905, o Brasil atinge, em 1940, 108.594 quilômetros. É a região Sudeste — sobretudo Minas Gerais e São Paulo — que apresenta as maiores expansões e representa, no último desses anos, 37,27% do total da rede nacional. Desde o século XX a exportação de café foi um fator decisivo nesse processo, incorporando áreas tributárias como o Triângulo Mineiro e o norte do Paraná. Uma topologia marcada por desconexões decorre, sobretudo, de uma vida circunscrita às regiões, embora orientada para satisfazer a necessidades de matérias-primas além dos mares. É nesses anos que o porto de Paranaguá (PR) começa a ganhar importância na exportação de café (José R. Araújo Filho, 1969, p. 158). As especializações regionais em matérias-primas de exportação garantiam sua vinculação aos portos e ao mundo. Mas a busca da integração nacional não era ainda um imperativo da construção dessas redes.

Paralelamente, o processo de urbanização aumentava as demandas de eletricidade, com a difusão dos bondes elétricos, da iluminação pública e das primeiras indústrias. Entre 1901 e 1910 iniciaram operações 77 usinas, e em 1920 o seu número se elevava a 343, distribuídas fundamentalmente entre os Estados do Sudeste, do Sul e o nordestino Pernambuco. A uma multiplicidade de sistemas técnicos, independentes e abastecedores de suas

áreas contíguas, correspondia uma multiplicidade de empresas que os administravam.⁸

Já entre meados dos anos 30 e o final da década de 1960 foram inaugurados nove portos, cinco dos quais na região Sul do país. Nesses anos, uma reforma da lei vigente possibilitou concessões para a construção e administração, em nível estadual, de alguns portos. Esse foi o contexto da construção de Niterói, Angra dos Reis⁹ e São Sebastião.

A industrialização balbuciante leva à construção de uma constelação de usinas elétricas em todas as regiões do país, que passam de 1.208 em 1930 para 1.883 em 1940. Inicia-se, segundo Paulo Cesar Peiter (1994), um processo de interligações e de padronização das linhas de transmissão e distribuição, que foi acompanhado por uma centralização estatal das empresas elétricas.

O desenvolvimento das comunicações internas reforça a presença do Estado nacional, mas também a dos governos provinciais, enquanto o cabo submarino facilita ainda mais as relações externas, localizando-as de maneira mais restrita. O telégrafo, inovação técnica presente no Brasil desde 1852, ganha enorme difusão, sobretudo a partir das expedições do marechal Rondon. Em bela narrativa, Amílcar Magalhães (1946, p. 16) refere-se à integração efetiva de Mato Grosso ao país após a construção da linha telegráfica pelo marechal Cândido Rondon. O marechal foi responsável pela construção de 5.500 quilômetros de linhas telegráficas, entre elas a linha Cuiabá–Corumbá, com ramificações para Aquidauana e Forte de Coimbra (1904), sul do Mato Grosso até Nioac, Porto Murtinho, Margarida e Bela Vista na fronteira com Paraguai (1906), Cuiabá–Santo Antônio do Madeira e três ramais unindo os territórios do Amazonas, Acre, Alto Purus e Alto Juruá ao Rio de Janeiro (1915), Aquidauana–Ponta Porã (1922), várias de-

⁸Em 1920, Minas Gerais contava com 91 usinas (em mãos de 72 empresas), São Paulo com 78 (66 empresas), Rio Grande do Sul com 41 usinas (quarenta empresas), Paraná com vinte usinas (vinte empresas), Rio de Janeiro com 18 usinas (17 empresas), Pernambuco com 16 usinas (15 empresas).

⁹Antes da construção do porto, exportava-se por Angra dos Reis o café do Vale do Paraíba. Em 1932 foram concluídas as obras que permitiram importar carvão e madeira. A partir de 1970 Angra dos Reis passou a escoar a produção da Companhia Siderúrgica Nacional e a importar trigo.

las acompanhadas da construção de estradas de rodagem (Rondon, 1916; E. Roquette-Pinto, 1950; D. Ribeiro, 1958; C. Ricardo, 1970). Pode-se dizer que os trabalhos do marechal Rondon constituíram uma forma de expansão do meio técnico europeizado nas áreas em que grupos indígenas ainda agiam entre os misteriosos desígnios da natureza.¹⁰

A população brasileira aumentou continuamente no decorrer dos últimos decênios. A luta contra a morte, levada paralelamente a um combate menos eficaz contra o analfabetismo e pela educação, deu como resultado uma enorme elevação do índice de efetivos. Mesmo nas cidades, o aumento natural da população é significativo. A população brasileira, que era de 30 milhões em 1920, é de perto de 83 milhões em 1965. O incremento demográfico teve como conseqüência não somente o aumento dos efetivos em cada região, mas também a redistribuição da população. Essa redistribuição manifestou-se por um novo equilíbrio demográfico regional e um abandono do campo, com o aumento do número das cidades e de sua população. O Nordeste e o Norte representavam mais de um terço (34,39%) da população global em 1872. Em 1960, e como que ilustrando um resultado da evolução acima descrita, essas duas regiões só representavam um quarto (25,76%) dos totais brasileiros, ainda que seus índices de natalidade fossem mais fortes que no resto do país. Grande parte dos brasileiros do Norte e do Nordeste trocaram essas regiões pelas cidades do Sul.

De modo geral, foram as cidades que mais ganharam com o crescimento da população brasileira. Entre 1940 e 1950, enquanto a população global aumentava de 24%, a população urbana crescia de 30%. No período compreendido entre 1950 e 1960, o fenômeno é ainda mais nítido. O índice global foi de 39%, mas o aumento urbano é de 54%. O crescimento da população rural fica estacionário nesses dois decênios, com a mesma tabela de 16%. Essa tabela é inferior à do crescimento vegetativo e resulta do êxodo rural, devido muito menos à existência de emprego nas cidades que à persistência de uma estrutura agrária defeituosa na maior parte do território brasileiro (Ver Mapas:

¹⁰Segundo Cassiano Ricardo (1970), Rondon, "o pacificador do gentio", encontrou, além dos seus ancestrais — os terenas —, os guaicurus, quiniquinais, ofaiés, guanás, laianas, inimás, bororos, umatinas, carajás, javaés, chamicás, caiapós, gerotirês, gaviões, djorés, anaucúas, naravutes, cuicutis, suiás, cajabis, mundurucus, parecis, iranches, tapanhumas, nhambiquaras.

Cidades com mais de 20 mil habitantes 1940 e 1950 p. XL Cidades com mais de 100 mil habitantes 1940 e 1950, p. XLVI e XLVII. Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes 1940 e 1950 p. L e LI; Difusão do fenômeno cidades milionárias 1940 e 1950, p. LV).

Se consideramos as cifras globais para o Brasil em 1960, 89,39% dos estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares representavam 20,2% das superfícies e 44,62% com menos de 10 hectares reuniam 2,23% das superfícies. Por outro lado, 0,98% das propriedades com mais de 1.000 hectares reuniam 47,29% da superfície total. Assim, 32.825 proprietários possuíam quase a metade da superfície das propriedades agrícolas brasileiras, enquanto os outros 3.316.599 dispunham apenas de 52,71%.

Semelhante estrutura da propriedade favorece ao mesmo tempo a persistência da pobreza e o abandono do campo. Os excedentes de população, cada ano mais numerosos, encontram um refúgio nas cidades. Isso explica um crescimento urbano superior a 10% anuais em vários centros regionais e de 6% nas grandes metrópoles, enquanto o número de empregados e subempregados aumenta num ritmo ainda maior.

O deslocamento desses milhares de indivíduos para as cidades responde, quase sempre, a uma preocupação pela melhoria das condições de vida. Os novos meios de comunicação são em grande parte responsáveis por essa revolução. A estrada, o avião, aproximando as áreas de crescimento, facilitam os contatos e a propagação das novidades. O rádio teve um papel muito importante, pois o conhecimento da existência de outros lugares com melhores condições de vida fica ao alcance dos iletrados. O transistor veio concluir essa evolução nas regiões onde a eletricidade ainda não se havia difundido.

Os albos da industrialização no Sul são contemporâneos de uma ausência de relações mais estreitas entre as diversas áreas importantes do país. Reforçavam-se, paralelamente, as relações intra-regionais, dentro de uma verdadeira "bacia urbana", na expressão usada por Bernard Kayser (1966) para indicar, na França, as relações privilegiadas entre uma cidade e sua área de influência.

Num período anterior, a configuração de uma bacia urbana havia sido possível graças às condições naturais. É o caso de Salvador e do Recôncavo, a primeira rede urbana estruturada nas Américas. Foi a revolução dos trans-

portes que beneficiou a região do Recôncavo e que também, mais tarde, possibilitou à região de São Paulo assentar as bases de um ativo intercâmbio que lhe permitiria, junto a outros fatores regionais, não apenas aumentar rapidamente o volume da produção industrial, mas também diversificá-la (Armen Mamigonian, 1976a). Com essas condições regionalmente propícias a uma divisão do trabalho mais extensa e complexa, a indústria paulistana ganhou ímpeto.

2.2.2.1. A formação da Região Concentrada e a urbanização interior

A partir da década de 1930, encontra-se no Sul uma indústria importante. São Paulo tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação. Chamado a acompanhar esse despertar industrial, o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações e sobretudo foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional.

Essa indústria em desenvolvimento, particularmente a partir da revolução de 1932, precisava ampliar o seu mercado. A extinção das barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União marcou um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional. Falavam porém outras variáveis de sustentação, entre elas uma rede nacional de transportes. Essa integração começou pela região circunvizinha ao Estado de São Paulo, pois as relações comerciais eram facilitadas pela existência de um embrião de transportes modernos em rede e a relativa proximidade dos mercados permitia um tráfego marítimo mais intenso (Ver Mapas: Extensão da rede rodoviária por 1.000 km², p. II; Extensão da rede rodoviária por 1.000 habitantes, p. IV).

O Estado de São Paulo começa a atrair migrantes de todo o país, mas sobretudo do Nordeste. Entre 1935 e 1939, 37,5% dos migrantes provinham do Estado da Bahia, 23,5% de Minas Gerais, 12,7% de Pernambuco, seguidos pelos Estados nordestinos de Alagoas, Ceará e Sergipe (Jorge Calmon, 1998). Somente na década de 1930 é que o número de imigrantes brasileiros para o Estado de São Paulo ultrapassa o de estrangeiros.

Criavam-se, então, as condições de formação do que é hoje a região po-

luzada do país. Foi um momento preliminar da integração territorial, dado por uma integração regional do Sudeste e do Sul.

2.2.3. A integração nacional

A partir de 1945 e 1950 a indústria brasileira ganha novo ímpeto e São Paulo se afirma como a grande metrópole fabril do país. É o que Milton Braga Furtado (1980) chama de crescimento industrial intencional, para diferenciá-lo do crescimento industrial não-intencional dos anos 30.

Mas a indústria do Sul e, sobretudo, a indústria paulista tiveram de solicitar certos produtos agrícolas, como o algodão, a mamona e o sisal, aos longínquos Estados do Nordeste. As necessidades alimentares de uma população cujo nível de vida aumentava trabalharam no mesmo sentido. As estradas favoreceram os intercâmbios, e no Estado de São Paulo a agricultura obteve níveis de eficácia compatíveis com a civilização industrial.

É um momento de consolidação da hegemonia paulista, com um aumento acelerado dos investimentos. Henrique Rattner (1972, p.151) indica que, em 1954, São Paulo concentrava 35,4% dos investimentos do Brasil, enquanto em 1958 a proporção era de 62,2%. E o mesmo autor chama a atenção para a forte e constante drenagem que o sistema bancário e financeiro, situado sobretudo nas áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, fazia de zonas pobres e subdesenvolvidas em benefício dessas mesmas áreas metropolitanas. O novo discurso político-econômico do Nordeste no fim dos anos 50 era baseado nessas perdas e resultou na criação da Sudene (Celso Furtado, 1989).

Registravam-se no Brasil, em 1950, 71.027 estabelecimentos industriais e 1.295.286 pessoas ocupadas. Era uma época em que as firmas micro e de pequeno porte representavam 96,7% dos estabelecimentos e eram responsáveis por 42,3% dos empregos no setor. Com 3 milhões de habitantes, São Paulo concentrava 32,4% dos estabelecimentos industriais e 34,6% do emprego industrial do país, o que evidencia também o crescimento da região do ABC na Grande São Paulo (Adriana Bernardes e Eliza Almeida, 1997, pp. 18-19, 24).

Tais questões só podem ser analisadas conjuntamente dentro dos qua-

dros nacional e internacional: a política cambial que favorece a indústria em detrimento das demais atividades econômicas, a modernização do aparelho estatal indispensável à modernização da economia nacional, sua melhor inserção na economia internacional e as facilidades abertas à entrada do capital estrangeiro.

A modernização do país, já iniciada sob o regime de Getúlio Vargas, facilitara a concentração econômica e espacial. A rápida expansão da indústria no "centro" passava a exigir mais mercados, não apenas fora mas também dentro do país.

Tanto para atender às necessidades de uma população de maior nível de vida quanto para dirigir a colheita de produtos exportáveis, surgem inúmeras cidades e outras se desenvolvem. Até então, as cidades maiores situavam-se no litoral ou em áreas próximas. É o caso de Manaus, até onde a navegação marítima podia chegar, ou da São Paulo do café, com seu desdobramento do porto de Santos. É num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior. Estas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da demanda de serviços em número e frequência maiores que anteriormente.

Novas formas de relação entre metrópole econômica e centros regionais se estabelecem por intermédio do caminhão. As mercadorias exportadas do Rio de Janeiro pela estrada representavam, já em 1954, 79% do peso e 84% do valor.

O Rio fora larga e longamente beneficiado pela sua função política. Capital do país durante quase dois séculos, pôde tornar-se uma metrópole política e econômica. Mas o desenvolvimento industrial de São Paulo fez nascer uma nova metrópole econômica para o Brasil, uma metrópole de outra natureza.

No período anterior à unificação do mercado interno, tanto a força "própria" como a força regional do núcleo industrializado dependiam de fatores regionais (estrutura de propriedade, estrutura do consumo, níveis de renda total e *per capita*, organização dos transportes, das comunicações e do crédito, distância física e virtual entre cidade e região de influência — contigüidade ou não, maior ou menor contigüidade). Mas quando da primeira unificação

do mercado, já mencionada, a região mais avantajada, em comparação com as demais, passava também a dispor de condições para competir com as outras regiões na própria zona de influência destas últimas.

Ilí, de um lado, mudança estrutural no esquema produtivo e, de outro, maior seletividade geográfica da produção industrial mediante uma polarização mais clara e mais forte. Os dois fenômenos são interligados, pois é a localização em São Paulo das indústrias mais dinâmicas (Wilson Cano, 1977; 1981) que reduz a importância relativa do Rio de Janeiro, impedindo, então, admitir que ainda existam no país duas metrópoles. A função metropolitana cabe, doravante, a São Paulo. O desequilíbrio entre a estrutura industrial do Rio e a de São Paulo afirma-se realmente quando a indústria paulista conhece uma diversificação e a do Rio de Janeiro deixa de seguir esse caminho. A formação de capital na região de São Paulo é um dos fatores dessa diversificação.¹¹

Se os transportes marítimos sempre reforçaram a dependência em relação ao estrangeiro, os novos transportes terrestres, a partir da Segunda Guerra Mundial, beneficiam São Paulo, a metrópole industrial do país. As dificuldades financeiras para o equipamento dos navios e o fato de várias ferrovias terem sido levadas a tornar-se antieconômicas aceleraram a instalação do império do caminhão. O traçado dessas estradas obedecia às novas exigências da indústria e do comércio, e assim acabou por reforçar a posição de São Paulo como centro produtor e, ao mesmo tempo, de distribuição primária. A criação de uma indústria automobilística e a construção de Brasília confluíram também para favorecer São Paulo e aumentar o desequilíbrio econômico. Constitui-se nessa cidade um parque de numerosas indústrias de base, cujo enorme mercado é dado pelo esforço de equipamento de todo o território e mesmo pelo abastecimento normal da população brasileira.

A construção de Brasília foi um passo importante, pois a rede de estradas, indispensável à afirmação do Estado sobre o conjunto do território, também era imprescindível para a expansão do consumo do que era produzido

¹¹Em 1940 a mão-de-obra industrial do Rio de Janeiro tinha uma importância muito semelhante à de São Paulo, mas a estrutura das duas indústrias era diferente. Em 1958 São Paulo e Rio de Janeiro reuniam dois terços da mão-de-obra de todo o Sudeste brasileiro: São Paulo detinha 57% do total da mão-de-obra, enquanto ao Rio cabia 43%.

internamente. Aliás, a própria construção de Brasília teria sido impossível se a indústria já não se houvesse desenvolvido em São Paulo. Como resultado, cada um desses movimentos reforça os demais, e enquanto a economia e a sociedade se renovam, levando o país a crises políticas sucessivas, as bases materiais também se transformam, mediante a possibilidade de circular mais depressa e através de uma superfície muito maior que no período anterior. O asfaltamento da estrada de rodagem Rio-Bahia, no início dos anos 60, e o início da construção da Belém-Brasília e da Brasília-Acre são desse período, assim como o asfaltamento e a melhoria de outras rodovias, inclusive na própria área *core* do país. O golpe de Estado de 1964 pode ser considerado um novo passo na internacionalização da economia brasileira, com a influência explícita da guerra fria e os acordos assinados para tornar mais segura a entrada de capitais.

As antigas metrópoles costeiras foram, desse modo, reduzindo a sua polarização frente às suas áreas tradicionais de influência, pois de um lado o novo sistema de transporte induzia os deslocamentos para São Paulo e o Rio de Janeiro e, de outro, essas metrópoles regionais litorâneas tornaram-se incapazes de fornecer bens e serviços às suas regiões. Por essa razão os núcleos urbanos mais recentes ligaram-se diretamente a São Paulo. O antigo tipo de hierarquia desmoronou para dar origem a novas formas de dependência entre São Paulo e esses centros regionais e metrópoles incompletas.

A industrialização e a produção agrícola mais moderna — concentradas no Sudeste — e o consumo — mais difuso que a produção, mas também concentrado — constituem o conteúdo mais visível do novo processo territorial. Acelera-se a tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se torna mais clara a existência de uma periferia e de um pólo (a “Região Concentrada”). Nesta, o fato paulista, que é único em todo o mundo subdesenvolvido, com a contigüidade entre a metrópole econômica e a área agrícola mais tecnificada e dinâmica, ainda mais facilita o desenvolvimento do conjunto e aumenta ainda mais a força da cidade de São Paulo. Num período de ativa integração nacional, as desigualdades assim instaladas tendem a agravar-se cada vez mais.

2.3. Meio técnico-científico-informacional

2.3.1. O período técnico-científico

A Segunda Guerra Mundial mostrara as enormes dificuldades que a ausência de uma rede nacional de transportes acarretava para um país de dimensões continentais.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das idéias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil.

O fim da guerra marca também o início de uma nova era dentro do percurso capitalista, com as perspectivas abertas pela revolução científico-técnica. Era o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois.

Entre os países subdesenvolvidos, as defesas próprias eram frágeis: o peso da ideologia do crescimento, a correspondente atração pelo desenvolvimento industrial, apontada como panacéia, as necessidades do consumo interno, o imperativo de afirmar o Estado sobre a nação (ou as nações, ou as tribos) e a indispensabilidade de um comando eficaz sobre o território eram argumentos de peso, embora muitos deles fossem exclusivamente ideológicos. Sobre esse pano de fundo, a adaptação ao modelo capitalista internacional torna-se mais requintada, e a respectiva ideologia de racionalidade e modernização a qualquer preço ultrapassa o domínio industrial, impõe-se ao setor público e invade áreas até então não tocadas ou alcançadas só indiretamente, como por exemplo a manipulação da mídia, a organização e o conteúdo do ensino em todos os seus graus, a vida religiosa, a profissionalização, as relações de trabalho etc.

Segundo Armen Mamigonian (1992, p. 10),

a industrialização dependente havia criado mais problemas do que os existentes anteriormente, pois com um exército industrial de reserva numeroso e o uso de tecnologia sofisticada importada a criação de empregos tinha sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma superexploração do trabalho e lucros extraordinários, situação que exigia a presença de ditaduras militares colonial-fascistas. A dependência, que se tornou crescentemente interna à economia brasileira, se manifestava agora pelo crescimento das remessas de lucros e *royalties*, pagamento dos empréstimos externos etc., não dando margem à apropriação interna do excedente econômico.

Enquanto isso, o exército de reserva aumentava, levando à intensificação das migrações para o Estado de São Paulo. Como sempre, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco eram os principais Estados de origem dos contingentes, com 25,3%, 34,3% e 12,7% do total, respectivamente. Esse período cria as condições para reativar o processo de enfraquecimento de todas as periferias, enquanto o país parecia refluir para o seu centro: capitais privados, investimentos públicos, população, crescimento e pobreza.

Esse ciclo deverá durar até fins dos anos 70, quando a necessidade de novas orientações para a totalidade do corpo social virão manifestar-se também no terreno político. A diminuição da atividade econômica que afetava o país como um todo parecia, então, uma ameaça à continuidade do modelo. Para mantê-lo, era indispensável retomar a atividade, ao preço de investimentos públicos mais numerosos e mais injeção de recursos para promover a exportação, mais proteção ao grande capital, menor retribuição ao trabalho, ao preço de uma política social ainda menos generosa e, necessariamente, de uma ordem ainda maior no campo político-social.

Uma nova divisão territorial do trabalho esboça-se no Brasil a partir da necessidade de transformar os minérios, de produzir derivados do petróleo e, a um só tempo, de substituir esse recurso em alguns setores da circulação. É o momento de implantação de complexos e pólos industriais em diversas regiões do país: o Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Com-

plexo Siderúrgico de Itaquí no Maranhão, o Projeto Carajás, a indústria de derivados de cloro em Alagoas, o complexo eletrometalúrgico de Tucuruí. Paralelamente, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) muda a geografia do interior paulista a partir de 1975, com o ingresso maciço da cultura da cana-de-açúcar (Adriana Bernardes e Eliza Almeida, 1997, p. 29). Equipamentos de circulação e especializações industriais no Estado de São Paulo permitem, como assinala Maria Adélia de Souza (1976), identificar três eixos: São Paulo–Campinas–Piracicaba (indústria têxtil, perfumaria e velas, indústria química ao longo da via Anhangüera), São Paulo–Sorocaba (indústria têxtil e minerais não-metálicos acompanhando a ferrovia Sorocabana) e o Vale do Paraíba (química, material de transporte, borracha, têxtil, mecânica, papel e papelão, alimentos no percurso da rodovia Presidente Dutra).

Ampliam-se as redes de transporte, que se tornam mais densas e mais modernas; e, graças à modernização das comunicações, criam-se as condições de fluidez do território, uma fluidez potencial, representada pela presença das infra-estruturas, e uma fluidez efetiva, significada pelo seu uso (Ver Mapas: Extensão da rede rodoviária por 1.000 km², p.II; Extensão da rede rodoviária por 1.000 habitantes, p. IV). Constitui-se uma rede de aeroportos no território nacional, entre os anos de 1949 e 1970, como resposta à necessidade de intercâmbios velozes. Dentre os aeroportos administrados pela Infraero contam-se 16 no Sudeste, 13 no Nordeste, 11 no Norte, nove no Sul e seis no Centro-Oeste. À revolução dos transportes, testemunhada no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, segue-se, nos anos 70, uma revolução das telecomunicações, para a qual Leila Dias (1989, pp. 36-37) propõe uma periodização: até 1969, os meios técnicos do sistema de telecomunicações eram apenas as ondas curtas e os cabos submarinos de baixa capacidade de transmissão; entre 1969 e 1973 instala-se um sistema nacional de telecomunicações por rede hertziana; de 1974 a 1984 incorpora-se ao sistema o satélite INTELSAT e por fim, entre 1985 e 1988, há o desenvolvimento dos satélites brasileiros Brasilsat I e II.

Os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas e na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes — os bóias-frias. Segundo Rosa Ester Rossini (1988), o volante é parcialmente liberado

pela agricultura, convidado a participar das atividades principalmente nos momentos de “pico” dos trabalhos agrícolas enquanto o resto do ano se refugia no trabalho do setor terciário. Todavia, na opinião de Arthur Soffiati (1987, pp. 68-69) haveria certa tendência a transformar o trabalhador rural em volante, com “a ampliação da área plantada, a modernização da agricultura, o desejo de ampliar a margem de lucro no setor agroindustrial”, o que cria “uma massa de camponeses volantes, desapegados da terra, subassalariados, desorganizados, sobreexplorados e vendendo partículas de sua vida dia a dia [...]”.

Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Bahia apresentam, entre 1950 e 1980, altas taxas de emigração líquida. Áreas que haviam sido atrativas em outros momentos transformaram-se, nos anos 70, em expulsoras de uma população cujo destino eram as metrópoles ou que incursionava em novas frentes pioneiras, como a Amazônia.¹²

Daí por diante o que ocorre é a reprodução ampliada do que fora feito no lapso de tempo imediatamente anterior, de modo que tudo cresce ainda mais, porém no mesmo sentido: uma produção industrial extrovertida, um maior endividamento, maior penetração de firmas estrangeiras, para as quais tudo é facilitado, ampliação das facilidades de circulação dentro do país e para os canais de exportação. Paralelamente, agrava-se a tendência à concentração e à centralização da economia, assim como à concentração geográfica e à concentração da renda. Em 1971, 60% da produção industrial brasileira estava localizada no Estado de São Paulo (*Anuário estatístico do Brasil*, 1971).

Os intercâmbios aumentam e, em decorrência, também aumenta o terciário, pois há maior necessidade de organização, de serviços públicos e privados, de transportes e de bancos. Gesta-se, a um só tempo, uma grande especialização territorial, com tendência à concentração da produção de bens e serviços mais “nobres” e escassos em alguns pontos do Sudeste e do Sul. Como o aparato produtivo se torna dependente de recursos exógenos, e como os recursos nacionais — incluída a população — são menos utilizados, o

¹²O Paraná (urbano e rural) perde cerca de 1.100 mil habitantes na década de 1970. Desse número total, 590 mil, ou seja, 53%, vão para São Paulo, enquanto 112 mil se dirigem a Mato Grosso, 107 mil a Mato Grosso do Sul e 116 mil a Rondônia, Acre, Roraima e Amapá. Desse contingente, 82% estavam no Estado do Paraná havia menos de cinco anos (*Folha de S. Paulo*, 24.03.1982).

terciário e a urbanização tendem a aumentar. Trata-se certamente de uma internacionalização dos processos de produção.

O Brasil viveu um período em que as indústrias podiam ser instaladas com uma tecnologia superada — não raro máquinas que haviam sido usadas antes em países industrializados mais avançados —, buscando a substituição de importações. A produção satisfazia às necessidades domésticas de consumo. Mais tarde, a industrialização nacional foi determinada pelo nível de aglomeração polarizadora mais importante do país ou, em outras palavras, pelo complexo industrial de mais alto nível. Como esse complexo, de um lado, é capaz de suprir a mesma faixa de produtos industrializados que o mundo desenvolvido e, de outro, oferecer ao país bens de consumo ao mesmo tempo que bens de capital, pode-se dizer que o Brasil é um país subdesenvolvido industrializado (M. Santos, 1972-1973, 1975). Autores como Lúcio Kowarick (1985) preferem falar de um “subdesenvolvimento industrializado”, enquanto L. Bresser Pereira (1975, 1977, 1981) reproduz a denominação de M. Santos.

Concomitantemente, apesar da industrialização, o país conserva uma série de condições de subdesenvolvimento, muitas vezes agravadas pelo crescimento econômico, a saber, disparidades regionais pronunciadas, enormes desigualdades de renda e uma crescente tendência ao empobrecimento das classes subprivilegiadas, a despeito do aumento do Produto Nacional Bruto e do Produto Nacional *per capita*.

Dado que a expansão da indústria dinâmica é acompanhada simultaneamente pela redução absoluta ou relativa do poder aquisitivo das massas, a economia vê-se forçada a procurar mercados em outros lugares ou a reduzir o seu próprio crescimento. Os investimentos dirigem-se aos setores onde há possibilidade de exportação, isto é, produção de bens para os quais existem compradores estrangeiros potenciais. Essa orientação exige uma constante modernização do equipamento industrial a fim de poder concorrer internacionalmente. Isso agrava a dependência frente aos centros mais avançados do sistema mundial. Por outro lado, a necessidade de importação exige uma política de exportação agressiva.

A política de crescimento estimula progressivamente a produção de bens de capital, para os quais não existe mercado interno. O Estado é, portanto,

compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as maiores empresas sem consideração pelas massas cada vez mais empobrecidas. Nesse período ocorre uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. O capital comanda o território, e o trabalho, tornado abstrato, representa um papel indireto. Por isso as diferenças regionais passam a ser diferenças sociais e não mais naturais.

Uma autonomia relativa entre lugares é substituída por uma interdependência crescente e sobretudo a interdependência "local" entre sociedade regional e natureza, fundada em circuitos locais, é rompida por circuitos mais amplos, em mãos de poucos produtores. Tal evolução é geral, embora a superposição de nexos múltiplos, diferentes segundo os lugares, defina as diversidades regionais. Graças à propaganda, à industrialização, ao crédito e à urbanização, amplia-se o consumo ao mesmo tempo que há uma transformação mais rápida de valores de uso em valores de troca, acelerada pela especialização territorial da produção, pelo novo patamar de urbanização e pela valorização da terra. É uma fase de nova integração, mas com especialização geográfica da produção material e imaterial (Ver Mapas: Cidades com mais de 20 mil habitantes 1960 e 1970, p. XLI e XLII; Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes 1960 e 1970, p. LII e LIII; Difusão do fenômeno das cidades milionárias 1970, p. LVI).

De um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais.

2.3.2. O meio técnico-científico-informacional com a globalização

A união entre ciência e técnica que, a partir dos anos 70, havia transformado o território brasileiro revigora-se com os novos e portentosos recursos da informação, a partir do período da globalização e sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias

e informações, das ordens e dos homens. É a irradiação do meio técnico-científico-informacional (M. Santos, 1985, 1994b, 1996) que se instala sobre o território, em áreas contínuas no Sudeste e no Sul ou constituindo manchas e pontos no resto do país.

A questão da fluidez do espaço apresenta-se agora em outros termos. Como a informação e as finanças passam a ser dados importantes, se não fundamentais, na arquitetura da vida social, o espaço total de um país, isto é, o seu território enquanto suporte da produção em todas as suas instâncias, equivale ao mercado. Desse ponto de vista distinguem-se, no país, áreas onde a informação e as finanças têm maior ou menor influência, da mesma maneira que antes a questão se colocava quanto aos produtos e à mão-de-obra. Embora as estatísticas por elas mesmas não o digam, definem-se agora densidades diferentes, novos usos e uma nova escassez.

BIBLIOGRAFIA

- CANEVACCI, M., *A cidade polifônica*. São Paulo, Studio Nobel, 1993.
- CHACON, V., *O Capibaribe e o Recife*. Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1959.
- COSTA, L., *Lúcio Costa, registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.
- HOLSTON, J., *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- PAVIANI, A. (org.), *A conquista da cidade*. Brasília, Ed. UnB, 1991.
- SANTOS, M., *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- , *A natureza do espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SINGER, P., *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOUTO MAIOR, M. e DANTAS SILVA, L. (orgs.), *Recife, quatro séculos de sua paisagem*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Prefeitura da Cidade, 1992.
- SOUZA, L. e NEHMY, A. (orgs.), *Belo Horizonte, espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte, Cedeplar, 1994.
- VILLAÇA, F., *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

ÍNDICE DE MAPAS

Encarte 1

Sistemas de Engenharia

- Brasil: Extensão da rede rodoviária por 1.000 km² segundo as unidades da federação, 1955 — 1995
- Brasil: Extensão da rede rodoviária pavimentada por 1.000 km² segundo as unidades da federação, 1955 — 1995
- Brasil: Extensão da rede rodoviária por 1.000 habitantes segundo as unidades da federação, 1955 — 1995
- Brasil: Extensão da rede rodoviária pavimentada por 1.000 habitantes segundo as unidades da federação, 1955 — 1995
- Sistema básico de telecomunicações — 1997
- Localidades atendidas pelo serviço telefônico no Brasil — 1996
- Terminais telefônicos em serviço no Brasil — 1996
- Municípios cobertos por telefonia celular — Brasil — 1997
- Brasil — Distribuição dos centros de pesquisa da Embrapa — 1996
- SIVAM e estações meteorológicas — 1999
- Estações meteorológicas do Brasil
- Shopping-centers* no Brasil — 1999
- Empresas aéreas nacionais. Fluxos de passageiros — 1975
- Empresas aéreas nacionais. Fluxos de passageiros — 1996
- Empresas aéreas regionais. Fluxos de passageiros — 1975
- Empresas aéreas regionais. Fluxos de passageiros — 1996
- Tráfego aéreo regional — Empresa Abaeté — 2000
- Tráfego aéreo regional — Empresa Interbrasil — 2000
- Tráfego aéreo regional — Empresa Nordeste — 2000
- Tráfego aéreo regional — Empresa Meta — 2000
- Tráfego aéreo regional — Empresa Pantanal — 2000

Tráfego aéreo regional — Empresa Passaredo — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa Penta — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa Presidente — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa Rico — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa Riosul — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa TAF — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa TAM (TAM Regional) — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa TAVAJ — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa Total — 2000
 Tráfego aéreo regional — Empresa TRIP — 2000
 Empresas de aviação agrícola no Brasil — 1975
 Empresas de aviação agrícola no Brasil — 1990
 Empresas de aviação agrícola no Brasil — 1995
 Densidade de automóveis em relação à população no Brasil — 1950
 Densidade de automóveis em relação à população no Brasil — 1970
 Densidade de automóveis em relação à população no Brasil — 1996
 Os dez maiores portos importadores no Brasil — 1996
 Os dez maiores portos exportadores no Brasil — 1996

Encarte 2

Distribuição geográfica das agências bancárias no Brasil no ano de 1997
 Densidade de agências bancárias em relação à população — 1996
 Densidade de agências bancárias em relação à superfície — 1996
 Distribuição geográfica das agências do Banco do Brasil no ano de 1997
 Distribuição geográfica das agências do Banco Excel Econômico S.A. (27/01/1997)
 Distribuição geográfica das agências do Banco Itaú — 1997
 Distribuição geográfica das agências da Caixa Econômica Federal — 1997
 Brasil: Compensação de cheques e outros papéis por praças financeiras. Dez/1996
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1940
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1950
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1960
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1970
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1980
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1991
 Brasil — Cidades com mais de 20 mil habitantes — 1996

Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1940
 Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1950
 Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1960
 Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1970
 Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1980
 Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1991
 Brasil — Cidades com mais de 100 mil habitantes — 1996
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1940
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1950
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1960
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1970
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1980
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1991
 Difusão das cidades com mais de 500 mil habitantes no Brasil — 1996
 Difusão do fenômeno cidades milionárias (1940, 1950 e 1960)
 Difusão do fenômeno cidades milionárias — 1970
 Difusão do fenômeno cidades milionárias, inclusive regiões metropolitanas — 1980
 Difusão do fenômeno cidades milionárias, inclusive regiões metropolitanas — 1991
 Difusão do fenômeno cidades milionárias, inclusive regiões metropolitanas — 1996
 Conflitos de terra no Brasil — 1997
 Distribuição geográfica das instituições de ensino superior — 1996
 Distribuição geográfica das instituições públicas de ensino superior — 1996
 Distribuição geográfica das instituições particulares de ensino superior — 1996
 Brasil — Localização das universidades comunitárias — 1998
 Distribuição geográfica dos cursos superiores — 1996
 Meio técnico-científico-informacional e as regiões do Brasil — 1999

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Aceleração, 21, 77, 203, 212, 240
contemporânea, 77
do desenvolvimento técnico-cien-
tífico-informacional, 276
e imagens, 240, 402
e política, 77
- Acontecer
complementar, 435
escala temporal do, 426, 427
excludente, 427
hierárquico, 390, 414, 428, 429
homólogo, 100
- Acréscimos de ciência, tecnologia e in-
formação, 47, 52, 55, 56, 87-88, 93,
98, 101, 105, 127, 128, 130, 132, 137,
147, 148, 199, 269, 270, 275, 281,
364, 370, 378, 391, 406
- Ação
das corporações, 47, 64, 94, 112, 131,
140, 196, 247, 294, 301, 339
empresariais, 47, 94, 145, 187, 271,
355, 403, 420
funcional, 101
informacional, 94, 354-355, 403, 413,
427
pública, 94, 112, 116-117, 118, 140,
187, 247, 377
- 88, 89, 100, 108, 118-143, 145, 168,
172, 189, 190, 201, 225, 226, 227,
229, 253, 270, 274, 275, 280, 281,
282, 336, 338, 376, 377, 382, 383,
384, 385, 392, 429
belts, 105, 119, 120, 121, 122, 125, 126,
127, 129, 130, 133, 135, 188, 270
cientificizada, 88, 89, 103, 108, 118,
127, 128, 129, 130, 132, 211, 223,
270, 280, 377, 382
de exportação, 270
de precisão, 87, 271, 377
e biotecnologia, 56, 88, 91, 118, 131,
292, 377
e calendários, 118, 128, 129, 131,
132, 134, 284, 292
e engenharia genética, 280, 377
e fazenda moderna dispersa, 131,
159, 173, 271, 273
e indústria química, 128
e informatização, 56, 107, 225
e irrigação, 56, 124, 130, 134, 271,
379, 380, 385
fronts, 50, 72, 105, 119, 120, 121,
122, 123, 124, 125, 128, 129,
130, 131, 134, 141, 145, 172,
188, 199, 201, 213, 214, 216,
242, 249, 272
quimização, 56, 88, 89, 128, 130, 173,
270, 377
- Agricultura moderna, 13, 49, 57, 67, 84, Alargamento dos contextos, 148, 427

- da globalização, 106, 156, 157, 294, 295, 301, 414
e fluidez, 295
- Área e arena, 132, 133-135, 144, 148, 156, 270, 300
- Arquipélago, 31, 32, 126, 265, 330
- Artificialização
do meio geográfico, 64, 67, 376, 391, 428
do território, 64, 66, 113, 339, 340, 376, 391, 428
- Atividades
mineiro-exportadoras, 33, 34, 37, 216, 274, 362, 363
racionalizantes, 118, 375
superiores, 418
técnicas e científicas, 416, 417, 418
- Campo
cientificizado, 59, 69
e força do capital, 59
globalizado, 59
tecnificado, 59, 86
- Capital, 206
adiantado, 186, 195, 280, 384
constante, 92, 101, 102, 132, 270
fixo, 86, 92, 101, 102, 120, 132, 145, 270, 286, 366
intensivo, 286
orgânico, 99, 130, 132, 209, 276, 286
- Capitalismo
agrário, 86, 120, 213, 214, 271, 281, 291
de organização (P. Vieille, 1974), 427
no campo, 104, 120, 213, 214, 271, 281, 291, 375
- Centro-Periferia, 46, 48, 259, 265, 266, 267, 268, 273
- Cidade(s)
cogumelo (P. Lavedan, 1936, 1959), 273
construção planejada das, 35, 441, 442
corporativas, 291
crescimento das, 33, 34, 41, 440-443
desigual valorização das, 203, 209, 399
do campo, 68, 281, 282, 283, 284
e novos usos, 33, 34
famílias e gerações de, 31
grandes (cidades) médias, 203, 209, 224, 274, 279, 284, 303
ideal de, 35, 444
locais, 68-69, 203, 281, 284, 391
médias, 14, 202, 203, 209, 275, 279, 280-284, 391
milionárias, 202, 206, 285, 286, 391
mundiais, 435
no campo, 281
regionais, 44, 141, 145, 203, 283, 285
- Cidadania, 280, 284, 305, 306
- Circuito(s)
de competição, 52
de cooperação, 52, 120, 129, 145, 146, 149, 290
de informação, 129
de produção, 34, 52, 120, 129, 131, 146, 148, 155, 158, 160, 161, 371
produtivos, 120, 129, 145, 136, 371
regionais da produção, 52, 144, 150
- Circuitos espaciais da produção, 52, 138, 143, 144, 145, 146-147, 149, 150, 153, 158, 165, 174, 339
- Circuito inferior da economia urbana, 217, 285, 290

- Circulação, 106, 121, 182
ampliada, 132
das idéias, 52
das ordens, 52, 53, 156, 261, 271
de correspondência, 184, 240, 254
de informações, 52, 53, 118, 156, 408, 414, 261, 271, 300
de mercadorias, 42, 143, 149, 151, 152, 156, 182, 251, 261, 300, 334, 390, 427
de produtos agrícolas, 52, 118, 143, 261, 271
desnecessária, 62, 297, 298
do dinheiro, 52, 156, 185, 261, 270, 271, 286, 300
dos capitais especulativos, 102
dos homens, 52, 53, 68, 261, 271, 300, 334, 363, 367, 368, 371, 390
e comércio exterior, 185
e divisão territorial do trabalho, 11, 20, 21, 30, 31, 48, 73, 95, 120, 146, 182, 206, 266, 357, 370, 418, 455
imaterial, 61, 357
material, 61, 75, 182, 357, 408
mecanizada, 27, 36, 37
- Círculos de cooperação, 11, 14, 105, 129, 143, 144, 146, 156-158, 160, 161, 165, 167, 182, 191, 270
- Cognoscibilidade do planeta, 299
- Colonização, 28-42, 126
- Comando, 99, 110, 141, 185
centros de, 34, 37, 109, 145, 154, 168, 174, 269, 303
concentrado, 39, 102, 150, 292
do território, 34, 47, 67, 269, 271, 291, 407
hipertrofia do, 106
político da produção, 37, 67, 72, 73, 106, 145, 269, 283, 291, 292, 300, 303, 414, 418
remoto, 73, 116, 120, 147, 271, 283, 428
técnico, 34, 37, 67, 72, 73, 106, 145, 160, 283, 300, 303, 407
- Compartimentações, 83, 105, 143, 163, 254
- Competitividade, 428
e fluidez, 281, 295, 339, 340, 414, 415, 425
regras de, 14, 256, 294, 295, 296, 302, 383
- Comunicação
meios de, 44, 49, 75, 80, 83, 85, 102, 111, 130, 336, 345, 346, 347, 350, 352, 353, 354, 355, 425
- Concentração
da renda, 50, 151, 177, 221, 222, 223, 302, 385, 398
de capitais, 146, 186, 187, 302
geográfica, 18, 44, 50, 68, 190, 195, 223, 272, 277, 443
processo de, 50, 193, 268, 272, 303, 304, 394, 435
- Configuração territorial, 57, 87, 248, 330, 334, 336, 362, 376
- Conhecimento, 13, 97
do lugar, 100
do território, 93, 95, 97, 292
especializado, 66, 273, 377
estratégico, 414, 427, 429
produzido no lugar, 100
- Consciência, 306
- Consumidores, 93, 95, 96, 253, 269, 276, 279, 280, 284, 286, 304, 314, 359, 390, 404, 407, 427

- Consumo, 36, 44, 46, 51, 52, 68, 84, 88, 110, 120, 130, 150, 151, 157, 162, 164, 179, 195, 199, 227, 228, 251, 253, 416
centros de, 65, 68
consumptivo, 280, 293
culturais, 237, 238
da informação, 237, 239, 242, 280
de esperanças, 237, 280
dos recursos da saúde, 229-234
e crédito, 120
educacional, 229-231, 280
expansão do, 43, 45, 223, 224, 284, 336, 401
ideologia do, 47
imaterial, 223, 225, 229, 239
interno, 47
material, 223
produtivo, 88, 89, 92, 271, 280, 293, 376, 383
- Contigüidade territorial, 100, 146, 151, 156
- Corporações
automobilísticas, 45, 61, 109, 112, 115, 191
dos serviços, 58, 110, 304, 305, 308, 371, 372, 375, 383, 393, 420, 422
globais, 58, 61, 88, 99, 112, 119, 120, 150, 153, 156, 185, 191, 254, 255, 257, 271, 290, 291, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 414, 424
multilocalizadas, 153
multinacionais, 149, 153, 258
- Cotidiano, 151, 184, 227, 283, 299, 307, 351, 396, 399, 404, 435, 438, 439, 442, 444
- Crédito, 44, 102, 106, 118, 120, 124, 128, 130, 132, 145, 146, 175, 184, 187, 189, 191, 195, 196, 223, 227, 255, 280, 292, 336, 376, 382, 383, 384, 416, 427
- Cooperação, 92, 141, 169, 209, 220, 224, 253
com base local, 101
entre pontos do território, 172, 270, 290, 291, 294
estendida, 101, 169, 172, 253, 270, 290, 291
- Creditização do território, 78, 82, 118, 132, 186, 192, 196, 224, 382, 384
- Densidade(s), 53
comunicacional, 101, 261
de movimento, 173, 176-177, 178, 183, 200, 260, 351, 358, 366, 367, 370
demográfica, 84, 170, 186, 199, 262, 276
do consumo, 260, 263
do emprego, 260
do movimento, 370
dos fluxos, 271, 358
econômica, 174, 186, 188, 271, 276, 358
humana, 250, 279
informacional, 75, 82, 98, 100, 187, 218, 241-242, 261, 264, 279, 413, 418
financeira, 53, 187, 188, 189, 190, 195, 196, 269
normativa, 115, 116, 119, 126, 137, 261
produtiva, 260
rodoviária, 59, 65, 67, 68, 103, 115, 335, 365, 366
rural, 84, 260
técnica, 60, 75, 76, 77, 82, 83, 86, 87, 99, 100, 103, 105, 115, 123, 126, 186, 187, 261, 264, 271, 272, 279, 353, 354, 371, 376, 384, 385, 404
urbana, 84, 260, 424
zonas de, 14, 250, 303

- Descentralização industrial, 13, 84, 105, 106, 112, 117
- Desconcentração industrial, 13, 67, 106, 107, 108, 111, 117, 138, 223, 270
- Desigualdades, 46
regionais, 23, 87, 102, 339, 340
territoriais, 259-277
- Diferenciações regionais, 23, 38, 39, 52, 77, 99, 133, 167, 176, 177-178, 195, 209, 225, 233, 234, 249, 253, 259-279, 294, 338, 359
- Difusão
cultural, 227, 240
das máquinas, 31
do meio técnico, 70
- Disparidades regionais, 31, 46, 51, 52, 77, 99, 200, 202, 242, 253, 261, 266, 337, 354, 405
- Dispersão
das modernizações, 253
material da produção, 131, 141, 144, 153, 154, 159, 106, 209, 270
processo de, 144, 154, 206, 209, 253
- Diversidade regional, 23, 25, 26
- Divisão (ões) do trabalho, 14, 20, 21, 22, 30, 31, 37, 42, 48, 67, 82, 90, 108, 128, 141, 144, 162, 168, 169, 178, 203, 206, 220, 224, 253, 254, 255, 257, 261, 262, 263, 270, 275, 276, 283, 287, 290, 298, 301, 302, 362, 389, 413, 416, 417, 420
desnecessária, 224, 297, 298
dialética entre, 167, 262, 290, 429
divisão internacional do trabalho, 261, 370, 389, 420
- divisão interurbana do trabalho, 136, 141, 170, 203
divisão intra-urbana do trabalho, 203
divisão social do trabalho, 20, 23, 94, 95, 220, 389, 390, 393, 398, 408, 414, 415
divisão territorial do trabalho, 11, 15, 20, 21, 23, 30, 31, 48, 73, 81, 95, 100, 102, 105, 106, 119, 120, 121, 135, 137, 140, 143, 144, 145, 146, 154, 168, 170, 182, 206, 209, 220, 262, 266, 273, 282, 287, 290, 333, 337, 340, 357, 364, 370, 389, 390, 391, 393, 398, 408, 413-429, 455
e formação socioespacial, 21
e informação, 15, 416
e recursos naturais, 255
espessura da, 163
pretéritas, 140, 141, 427
- Economia de aglomeração, 136, 299, 303, 346
- Economia de escala, 299
- Empresa(s)
agroalimentares, 63, 68, 88, 107, 119, 129, 131, 146, 155
automobilísticas, 45, 61, 109, 112, 115, 163, 191
como ator político, 94, 112, 255, 256, 291, 296, 298
competição entre, 112, 150, 163, 290, 293, 298, 301
competição pelo espaço, 97, 119, 150, 181, 254, 290, 296, 298, 301
de cervejas, 161, 162
de consultoria, 99, 221, 413-429
de eventos, 396-398
de publicidade, 401-410, 419
de refrigerantes, 161, 162

- e emprego, 36, 300
 e fluidez, 66
 e infra-estrutura, 77
 e orçamento público, 293
 e poder, 61
 globais, 99, 137, 138, 156, 185, 191, 254, 255, 256, 257, 258, 271, 291, 293, 294, 295, 297, 304, 372, 375, 383, 414, 420, 422
 incorporadoras, 153, 217, 398
 topologias das, 14, 64, 77, 109, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 164, 189, 192, 291, 292, 301
- Ensino**
 fundamental, 230
 médio, 230
 superior, 230
- Escala**
 geográfica da ação, 58, 64, 71, 167, 290, 297, 418, 422
 mundial, 290
- Escassez**, 27, 28, 53, 93, 227, 228, 286, 284, 384
- Espacialização**, 434
- Espaço (s)**, 19, 46, 247
 corporativo, 14, 280, 291, 292, 295, 398
 da fluidez, 03, 259, 261, 262, 263
 da globalização, 257, 299, 306, 362, 384
 da lentidão, 14, 259, 262-264, 435
 da racionalidade, 306, 427, 428, 429
 da rapidez, 14, 259, 262-264
 e historicidade, 248
 e período, 23, 27, 31, 140
 geográfico, 11, 13, 15, 20, 21, 247, 265, 268, 392, 428
- luminosos, 259, 264, 294, 385
 mecanizado, 31
 nacional da economia internacional, 86, 185, 191, 256-258, 330
 opacos, 259, 264, 294, 385
 produtivo, 64, 132, 297, 428
 público, 237, 439, 444
 que mandam, 14, 259, 263, 264-265
 que obedecem, 14, 259, 263, 264-265
 territorial, 19, 20
 variáveis do
 viscosos, 259, 262
- Especialização**, 284
 alienígena-alienada, 299-301, 306
 do trabalho nos lugares, 22, 105, 121, 135, 141, 169, 181-182, 269, 284, 418
 dos lugares, 121, 135
 regional, 38, 116
 territorial produtiva, 13, 50, 52, 90, 105, 117, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 164, 188, 299, 418
 urbana, 116, 418
- Especulação fundiária**, 62, 131, 213, 272, 275
- Estado**, 19, 20, 44, 47, 90, 116, 118, 120, 167, 195, 267, 295, 305, 439
 e grandes empresas, 255, 295
 e sociedade, 19
 e território, 19
 nacional, 32, 39, 256
 neoliberal, 257, 302
- Estrutura**
 agrária, 40, 41, 251, 376
 fundiária, 62, 131, 145, 213, 272, 275
 urbana, 440, 444, 445
- Evento(s)**
 hegemônicos, 23
 manifestação dos, 23
- Existência**
 bases materiais, 93, 243, 290, 294
 e lugares, 257, 294, 306, 434, 436
- Êxodo**
 rural, 213, 279, 303
 urbano, 279, 303
- Exportação**
 do território, 291
 monocultura de, 40, 94, 136
- Extensão territorial**, 19, 34, 47, 68, 172, 249, 261, 272
- Fixos**, 13, 86, 102, 117, 120, 145, 167, 179, 247, 271, 357, 378, 423
- Finanças**, 14, 28, 43, 53, 132, 293, 420
 bancos, 124, 185, 217, 220, 384, 391
 densidades financeiras, 53, 187, 188, 189, 190, 195, 196, 269
 financeirização, 68, 118, 120, 123-124, 128, 131, 145, 150, 186, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 220, 223, 224, 271, 384, 398
 instrumentos financeiros, 132, 149, 185, 189, 191, 194, 196, 304
 praças financeiras, 185, 192, 193, 194, 195
- Fluidez**, 53, 58, 59, 64, 276, 285, 370, 425
 do território, 21, 102, 130, 175, 177, 259, 261, 273, 285, 291, 306, 336-341, 370, 371, 414, 425
 e viscosidade, 261-262
 efetiva, 49, 58, 59, 98, 130, 131, 261, 262, 263
 potencial, 49
 virtual, 262
- Fluxos**, 59, 120, 132, 143, 144, 145, 179, 191, 193, 214, 247, 270, 271, 332, 357, 378, 424
 aéreos, 132, 134, 167-174, 357, 366, 370
 aquaviários, 132, 180-182, 330, 357
 de cargas, 132, 173, 174, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 272, 334, 390
 de conhecimento, 132, 427
 de contêineres, 132, 360, 370
 de informação, 132, 358, 408, 427
 de passageiros, 132, 167, 169, 171, 176, 178, 183, 334, 363, 367, 368, 371, 390
 espaço de, 132, 236
 ferroviários, 132, 174-176, 357, 363
 internacionais, 132, 171
 nacionais, 132, 170, 171, 368
 regionais, 132, 169, 170, 171, 368, 369
 rodoviários, 96, 132, 176-180, 332, 357, 370
 turísticos, 132, 235, 236
- Forças**
 centrífugas, 73, 253, 254, 267, 268, 303, 305, 306, 440
 centrípetas, 73, 254, 303, 305, 306
 de aglomeração, 136, 299, 303, 346
 operantes, 85
- Formas**
 de circulação, 30
 de cooperação
 de crédito, 120
 de dinheiro, 52, 185, 261, 270, 271, 286, 300
 de organização, 31, 137, 138, 159, 220, 238, 280
 de povoamento, 21, 25, 33, 36, 68, 75, 200, 250, 254, 272, 275, 276, 277, 440
 de regular, 11, 24, 421

- de trabalho, 95, 103, 220
do fazer, 11, 24, 28, 29, 69, 103, 104, 113, 135, 137
geográficas materiais, 21
sociais, jurídicas e políticas, 21, 103
- Formação Socioespacial, 12, 19, 21, 37, 250, 254, 255, 256, 257, 258, 268, 275, 385, 414, 416
- Fragmentação territorial, 106, 154, 254, 258, 272, 299, 408
- Fronteira(s)
agrícolas, 49, 50, 86, 109, 119, 121, 123, 124, 128
econômicas, 119, 279
expansão das, 50, 77, 119, 123
industriais, 109
nacionais, 32, 163, 185, 249, 261, 290
- Geografia
do consumo, 199, 227
do movimento, 167
dos níveis de vida, 199, 225-243, 305
financeira, 193, 194
- Globalização, 15, 28, 52, 78, 80, 86, 94, 101, 103, 109, 112, 118, 136, 141, 167, 182, 188, 253, 254, 255, 256, 257, 265, 269, 270, 272, 273, 281, 285, 286, 287, 294, 297, 299, 302, 305, 372, 392, 414, 416, 421, 427
da agricultura, 118, 128, 131, 271
da economia, 102, 109, 117, 131, 258, 396
das telecomunicações, 21, 80
do território, 103, 117, 265
período da, 15, 21, 61, 69, 71, 86, 112, 167, 185, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 261, 265, 267, 269, 270, 272, 273, 275, 281, 285, 286, 287, 294, 297, 299, 302, 392, 414, 416, 421, 427
- Grupos étnicos, 28-30, 40
- Guerra dos lugares, 112, 113, 296, 301
- Hierarquia(s), 23, 34, 60, 82, 86, 90, 109, 122, 123, 144, 168, 181, 186, 192, 193, 202, 264, 266, 269, 294, 297, 303, 429
- Horizontalidades, 14, 184, 280-284, 291, 292, 371, 372
- Identidade nacional, 439-440
- Ideologia(s)
da racionalidade, 47
de modernização, 43, 47, 112, 242, 284
do consumo, 47
do crescimento econômico, 43, 47, 112, 242, 256
do planejamento, 43, 47, 443
espaciais, 306, 443
- Imigrações, 36, 41, 42, 48, 59, 119, 121, 212, 213, 214, 275, 286, 390
- Imobilidade relativa, 21
- Industrialização, 24, 27, 31, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 378
agrícola, 43, 203, 251
e subdesenvolvimento, 24, 254
e substituição de importações, 24, 25
nacional, 35, 36, 51, 251-252
nascente, 50-51, 254, 333
- Informação, 13, 15, 28, 53, 77, 78, 93, 94, 95, 98, 99, 120, 130, 135, 141, 156, 224, 227, 229, 235, 237, 239, 240, 241, 242, 249, 253, 254, 261, 263, 264, 267, 271, 279, 281, 285, 293, 298, 299, 305, 340, 345, 346, 349, 377, 402, 406, 408, 415, 420, 426, 428
circulação da, 105, 415, 427
como recurso estratégico, 280, 414
e banco de dados, 99, 280, 348, 415
e capital orgânico, 99, 130, 132, 209, 286
e intencionalidade, 11
e produção, 281, 413, 415, 418, 419, 427
endógena, 100, 281
globalmente organizada, 95
organizacional, 98, 414
sobre o território, 94, 95, 345
- Informatização, 56, 59, 82, 83, 85, 98, 156, 164, 187, 192, 220, 221, 225, 228, 345, 348, 349, 423, 424
da circulação, 82, 83, 185
da produção, 107
do território, 78, 81, 82, 111, 345, 423
- Inovações, 39, 80, 74, 83, 104, 119, 128, 147, 226, 238, 241, 274, 275, 351, 375, 376, 382, 390, 392, 394, 396, 401
concentração temporal das, 71
e solidariedade das técnicas, 84, 95, 102, 147
nos métodos de cultivo, 377
técnicas, 59, 80, 95, 104, 118, 150, 241, 340, 377, 385, 390, 392, 394
- Integração, 27, 28, 34, 36, 37, 38, 42, 46, 47
do mercado, 27, 31, 47, 78, 154, 252
do território, 27, 31, 43, 47, 63, 176, 252, 273, 329, 333, 335, 336, 352, 371, 384, 404, 413, 419, 439
financeira, 78, 79, 252
incompleta, 330-333
nacional, 27, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 65, 79, 252, 266, 336, 439
- Intencionalidade(s), 11, 182, 428
mundiais, 70
nacionais, 70
- Interiorização do povoamento, 200, 340
- Internacionalização, 256-258
- Intervenção urbana, 436
- Investimentos, 48, 51, 74, 82, 86, 113, 115, 145, 152, 156, 175, 176, 186, 187, 190, 209, 274, 304, 331, 332, 334, 335, 339, 341, 346, 371, 376, 383, 399, 404
- Laboratórios de precisão, 159, 415, 426
- Lazer, 111, 152, 217, 221, 225, 235, 280, 396, 416
- Localização, 112, 113, 122, 136, 146, 149, 153, 157, 161, 206, 238, 255, 256, 284, 296, 352, 440
- Lugar(es), 113, 296, 301, 302, 437
condições para a existência dos, 72, 296, 297, 299, 306, 434
da criação e do controle das informações, 419
funcional, 116, 256, 296
virtualidades do, 64, 72, 100, 256, 291, 303, 434
- Mais-valia, 99, 121, 132, 296
- Mecanização, 27, 32, 56, 86, 87, 123, 124, 126, 132, 133, 211, 213, 225, 251, 271
da circulação, 27, 31, 35, 36, 37, 251
da produção, 31, 35, 37, 86, 87, 124, 272, 376
do território, 31, 35, 37, 38, 251, 269, 271, 272, 275, 276, 329

- Meio geográfico, 13, 21, 26, 27, 28, 31, 56, 87, 93, 259, 389, 391, 413
 meio natural, 11, 13, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 103, 271
 meio pré-técnico, 11, 28, 271
 meio técnico, 11, 13, 26, 27, 28, 30-31, 35, 36, 40, 42, 86, 87, 103, 269, 271, 337, 413
 meio técnico-científico, 11, 13, 27, 28, 86, 372, 392, 413, 416
 meio técnico-científico-informacional, 11, 13, 15, 21, 23, 26, 28, 47, 52, 53, 55, 93, 101, 102, 103, 104, 167, 173, 182, 225, 226, 243, 268, 269, 271, 272, 306, 336, 341, 352, 354, 370, 371, 372, 375, 385, 391, 392, 393, 413, 416, 428
- Mercado, 42, 51, 52, 101
 competitivo, 147, 256, 404, 408
 de capitais, 220
 externo, 32, 127, 135, 336
 global, 52, 88, 90, 99, 105, 121, 130, 135, 145, 154, 254, 255, 283, 293, 294, 296, 298, 299, 305, 371, 385, 391, 393, 404, 408, 422, 424
 interno, 44, 120, 124, 135, 136, 253, 254, 293, 298, 304, 305, 331, 333, 336, 422
 nacional, 137, 145, 154, 267, 329, 333-335
 territorial localizado, 37
 unificado, 45, 64, 120, 124, 154, 273, 329, 333, 334, 340
- Método, 12, 20
 caminhos de, 11
 e técnicas, 12, 20
- Metrópole(s), 14, 43, 152, 217, 287, 420, 436
 coloniais, 34
- costeiras, 46, 75
 dissolução da, 14, 141, 206, 207, 209, 286, 269, 270
 e conteúdo nacional, 419
 e difusão das modernizações, 169
 e novos serviços, 15, 393
 econômica, 44, 252, 267
 incompletas, 46
 industrial, 42, 45, 210
 informacional, 210
 nacional, 34, 390, 392, 419
 onipresente, 14, 269, 418, 419, 435
 política, 44, 267
 refuncionalização da, 209, 389, 398
 regionais, 46, 203, 266
- Metropolização
 e desmetropolização, 14, 203, 206, 207, 208, 209, 286, 303
 processo de, 197, 202, 203, 206, 208, 209, 389, 390, 435
- Mídia, 224, 241, 253
 e publicidade, 15, 75, 120, 220, 224, 237, 240, 253, 269, 284, 336, 401-408, 410, 415, 419
 manipulação da, 43, 47, 403
- Mobilidade, 214, 437, 444
 de comandos, 178, 214, 252, 434, 437
- Modernizações, 81, 82, 389, 429, 439
 alheia, 413
 conservadora, 413
 da agricultura, 13, 49, 57, 67, 84, 88, 100, 108, 118-143, 145, 168, 172, 188, 189, 190, 201, 226, 227, 229, 253, 270, 274, 275, 280, 281, 282, 336, 338, 376, 377, 382, 383, 384, 385, 392, 429
 da economia nacional, 44
 das comunicações, 49, 81
- desiguais, 120
 do aparelho estatal, 44
 dos sistemas de movimento, 82, 167
 e automação, 82, 83, 109, 138, 187, 348, 349, 423
 no campo, 227, 336
 seletiva, 120, 390, 399, 404, 413
 territoriais, 66, 273, 274, 336
- Movimento(s)
 do todo, 11, 24, 294, 295, 440
 e períodos, 358, 361, 362
 história dos, 248, 433, 437
 migratórios, 40, 41, 49-50, 212-214, 275, 286
- Natureza, 30
 e reprodução harmoniosa, 29, 30
 e tempos lentos, 27, 29, 30
 recuo da, 66, 67, 118, 199, 279
 reinvenção da, 88, 90, 91, 92, 104, 118, 129
 unidade da, 27
- Níveis de vida, 43, 44, 151, 164, 177, 199, 225-243, 305
- Normas, 82, 99, 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 124, 130, 131, 132, 137, 138, 145, 147, 154, 156, 157, 159, 174, 183, 184, 185, 252, 255, 261, 265, 289, 290, 296, 304, 307, 333, 339, 378, 384, 396, 403, 424
- Objeto(s), 11, 102, 113, 132, 135, 174, 247, 289, 348
 conjunto de, 434
 e ações (indissociáveis), 112, 113, 413
 e conteúdo cultural, 237, 238, 434
 e inovação, 131, 346
- e obsolescência, 154, 396, 402
 difusão dos, 226, 227
 especializados, 135
 geográficos, 152
 hipertelia dos (G. Simondon, 1958, 1989), 70
 informacionais, 209, 413, 423
 técnicos, 29, 60, 70, 85, 86, 94, 102, 131, 174, 209, 220, 226, 227, 247, 248, 253, 268, 271, 289, 339, 346, 348, 365, 384, 391, 396, 423, 433, 445
 técnicos-informacionais, 140, 174, 248
- Ocupação periférica moderna, 105, 119, 123, 129, 130, 135, 158, 164, 172, 201, 213, 218, 271, 337, 338
- Oligopólios territoriais, 292
- Ordem, 156
 espacial, 128, 289
 global, 101, 106, 281, 284, 345
 local, 281, 284
 pública, 247
 social, 247, 289, 298
 temporal, 128
- Organização
 do espaço, 20, 24
 do território, 20, 24
 do trabalho, 20, 98, 206, 375, 376
- Paisagem, 376
 de um lugar, 437, 438
 formas da, 15, 375, 434, 436, 438, 441, 444
 metropolitana, 15, 436, 439
 rural, 376, 385
- Periferia(s), 399

- Periodização, 23, 25, 26, 27
 de economistas e sociólogos, 24, 25, 26
 e contexto, 23, 24, 32
 e variáveis, 23, 28
- Período, 11, 23, 37, 61, 86, 88, 94, 100, 119, 123, 130, 136, 140, 141, 251
 da globalização, 15, 21, 61, 69, 71, 86, 112, 167, 185, 250, 253, 254, 255, 256, 257, 261, 265, 267, 269, 270, 272, 273, 275, 281, 285, 286, 287, 294, 297, 298, 299, 302, 304, 305, 372, 392, 414, 416, 421, 427
 de acomodação e morosidade, 20, 23, 29
 de transição, 37, 253
 e organização, 20, 24
 e técnica, 88, 94, 141, 167, 251
 pré-técnico, 27, 28, 36, 272, 358
 técnico, 31, 36, 37, 358, 362
 técnico-científico-informacional, 28, 47, 118, 167, 176, 358, 361, 370, 389, 390, 391
- Pesquisa(s), 89, 103, 129, 132, 133, 139, 140, 159
 agrícola, 89, 90, 91, 92, 132, 381, 382
 científico-tecnológica, 89, 90, 91, 92, 100, 133, 146, 282, 375, 381, 394, 403, 426
 de medição de audiência, 403, 406-407
 de mercados, 403, 408, 415
 tecnológica, 394
- Política(s)
 agrícola, 56, 89, 90, 123, 126, 128, 131, 376, 378-384
 cambial, 189
 das empresas, 61, 63, 78, 90, 97, 113, 131-140, 145, 147, 150, 157, 160, 162, 172, 179, 181, 234, 292
- das firmas globais, 112, 113
 de crescimento, 106
 de industrialização, 52, 106, 113-116, 305, 333, 346, 378
 de regulação, 22, 146, 172, 175
 econômica, 189, 254, 255, 345, 399
 interna, 255
 internacional, 71, 255, 293
 local, 57, 68, 284
 nacional, 52, 56, 57, 69, 71, 72, 106, 189, 252, 255, 284, 293, 377
 públicas, 58, 61, 63, 68, 69, 71, 78, 89, 90, 96, 113-117, 123, 126, 150, 220, 233, 261, 305, 399, 435
 rodoviária, 252, 266, 332
 territoriais, 106, 109, 112, 113, 150, 153, 154, 164, 189, 289, 292, 304, 333
- População, 14, 37, 40, 77
 agrícola, 87, 208, 209, 211, 260
 e emprego, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 232, 270, 284, 285, 293, 300, 305
 e migrações, 40, 41, 49-50, 212-214, 275, 286
 e níveis de vida, 151, 164, 177, 199, 225-243, 305
 e renda, 151, 164, 177, 221-223
 não-urbana, 208, 209, 210
 rural, 40, 49-50, 141, 199, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 260
 total, 40, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 230, 260
 urbana, 40, 141, 204, 205, 208, 209, 251, 252, 260, 274, 282
- Possibilidades
 de fluidez, 261, 295
 técnicas, 31, 37, 46, 52, 58, 66, 72, 80, 94, 99, 110, 119, 121, 126, 129, 141, 172, 239, 250, 295, 306
- Processo espacial, 46, 434
- Produção
 agrícola, 55, 145, 203, 375, 376
 desnecessária, 62, 297, 298
 da desordem, 258, 298
 imaterial, 414, 419
 industrial extravertida, 116, 203
 necessária, 297
 petrolífera, 60
- Produtividade
 e informação, 415
 espacial, 116, 120, 123, 124, 137, 296, 297, 299, 306
- Profissionais especializados, 203, 220, 221, 417
- Psicoesfera, 103, 242, 243, 396
- Racionalidade(s), 15, 70, 103, 104, 242, 243, 281, 282, 286, 306, 307, 340, 395, 441
 da produção agrícola, 118, 375
 e emoções, 243
 e irracionalidade, 130, 286
 positivista, 441
 técnica e científica, 103, 104, 281, 375, 395, 426
- Racionalização, 102
 dos circuitos produtivos, 414-415, 419, 421, 426, 428
- Rarefação
 zonas de, 14, 65, 84, 102, 141, 162, 182, 188, 191, 200, 206, 228, 250, 259, 260, 261, 263, 271, 272, 303, 305
- Razão
 global, 306, 428, 429
 local, 283, 286, 307
- Recursos territoriais, 255
- Rede(s), 38, 57-58, 73, 81, 98, 99, 102
 de aeroportos, 49, 57, 101, 115, 167, 174, 391
 de telefonia, 76, 80, 83, 84, 85, 228, 266, 298, 348, 350, 351, 352, 353, 354, 355
 de transportes, 33, 37, 38, 42, 47, 49, 119, 121, 124, 130, 134, 135, 167, 183, 293, 298, 330, 334, 391
 ferroviárias, 28, 31, 33, 37, 38, 115, 149, 167, 170, 175, 176, 266, 330, 331, 332, 362, 363, 364, 371, 391
 financeiras, 189, 190, 191
 informáticas, 14, 82, 85, 298, 391
 locais, 330-333
 rodoviária, 14, 31, 37, 38, 65, 115, 124, 132, 149, 167, 170, 176, 183, 251, 266, 270, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 339, 338, 340, 351, 391, 438
 urbana, 33, 34, 37, 38, 41, 140, 160, 271, 281, 391
- Região (ões), 13
 Concentrada, 13, 14, 27, 28, 37, 42, 45-46, 50, 53, 55, 65, 66, 67, 72, 75, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 98, 99, 100, 103, 105, 109, 111, 120, 122, 123, 136, 140, 141, 148, 151, 155, 162, 163, 164, 168, 169, 173, 178, 179, 180, 188, 189, 193, 194, 195, 197, 202, 218, 220, 222, 224, 225, 230, 231, 233, 234, 238, 239, 240, 241, 252, 253, 254, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 337, 338, 339, 341, 352, 367, 369, 370, 378, 391, 392, 394, 406, 416, 421, 426, 429
 do fazer, 22, 368
 do mandar, 22, 111, 368
 ganhadoras, 107, 270

- nova divisão regional, 13, 14, 21, 28, 105, 268
- polarizadas, 36, 42-43, 45, 106, 110, 116, 121, 122, 169, 189, 191, 252, 253, 266, 304
- quatro Brasis, 14, 268
- Regionalização
- quatro Brasis, 14, 268
- uma proposta de, 14, 427
- Regulação, 265
- da economia, 34, 109, 185, 209, 255, 269, 289, 421
- do território pelo mercado, 22, 109
- economia do território e, 11, 22, 34, 49, 110, 113-117, 184, 209, 255, 267, 269, 421
- financeira, 115, 116, 269, 304
- informacional, 269, 304
- normativa, 303
- pelas empresas, 61, 83, 112, 179, 184, 253, 265, 289, 292, 296
- pelo Estado, 61, 74, 81, 82, 89, 96, 108, 110, 113-116, 119, 123, 126, 128, 137, 145, 146, 150, 158, 179, 184, 217-218, 253, 257, 265, 268, 273, 289, 296, 346
- política do território, 11, 22, 61, 66, 81, 85, 110, 113-116, 131, 229, 234, 269
- Remodelação do território, 47, 105, 345-355, 427
- Rugosidades, 119, 250, 268, 271
- Segregação socioespacial, 131, 140, 184, 399, 439, 442, 443
- Seletividade
- espacial, 102, 123, 167, 261, 272, 294, 302, 435, 442, 443
- geográfica, 45, 99, 104, 108, 302, 390, 399, 413
- Serviço(s), 293, 371, 393, 395
- aos negócios, 145, 156, 221, 393, 396, 413-429
- de telecomunicações, 49, 75, 83, 85, 102, 111, 130, 336, 346, 347, 350, 352, 353, 354, 355, 425
- financeiros, 145, 269
- meteorológicos, 98
- públicos, 269
- públicos de mensagem, 349
- superiores, 220, 401
- técnicos, 89, 90, 145, 269, 281, 371
- Setor(es)
- primário, 215, 216
- quaternário, 156, 220, 267, 269, 285, 415, 416
- quinqüenário, 267, 269
- secundário, 215, 216
- terciário, 215, 216, 267, 269
- Sistema(s)
- de ações e de objetos (indissociáveis), 11, 24, 33-34, 46, 55, 69, 112, 113, 156, 183, 247, 253, 265, 268, 271, 289, 300, 348, 357, 365, 384, 390, 391, 413, 419, 423, 429, 433, 434, 438, 445
- de eventos, 23, 396
- de fibra óptica, 73, 80, 85, 347, 348, 353
- de informação geográfica, 94
- de informática e informação, 14, 156, 185, 298, 391, 402, 406, 408
- financeiro, 43, 132, 141, 185, 192, 193, 195, 304, 384, 420
- naturais, 248, 249, 349
- normativos, 424
- técnicos, 11, 20, 38, 70, 71, 72, 80, 82, 83, 85, 87, 95, 101, 164, 175, 187, 274, 303, 346, 350, 351, 352, 358, 362, 385, 396, 428, 445
- técnicos agrícolas, 375, 379
- técnicos informacionais, 424
- técnicos de transportes, 120, 121, 124, 130, 135, 167, 170, 174, 175, 183, 251, 271, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 351, 353, 354, 355, 357, 362, 372, 425
- Sistemas de engenharia, 14, 21, 33, 34, 38, 39, 41-42, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 73, 76, 80, 83, 101, 102, 113, 119, 120, 134, 135, 160, 167, 170, 174, 175, 176, 182, 229, 248, 251, 261, 263, 265, 266, 270, 271, 285, 291, 295, 329, 334, 341, 357, 363, 364, 371, 389
- aeroportos, 55, 57-58, 101, 390
- barragens, 55-56, 101, 329
- ferrovias, 55, 62-64, 119, 149, 174, 251, 332, 371
- portos, 55, 57, 58, 62, 115, 119, 132, 167, 180, 181, 183, 251, 270, 329, 331
- rodovias, 55, 64-65, 84, 149, 183, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 351, 390, 438
- telefonia celular, 80, 83, 84, 85, 86, 329, 350, 351, 352, 353, 354, 355
- telefonia fixa, 74, 84, 85, 86, 329, 348, 350, 353, 355
- Sistema(s) de movimento(s), 14, 21, 120, 121, 124, 130, 135, 271, 273, 339, 353, 354, 355, 357-372, 425
- aeroviário, 134, 167, 272, 357, 366-370, 371, 390
- aquaviário, 37, 45, 119, 132, 167, 330, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 370, 371
- ferroviário, 37, 45, 119, 149, 167, 357, 362, 363, 364, 371, 390
- rodoviário, 37, 83, 96, 132, 149, 167, 329, 333, 338, 357, 364, 365, 366, 369, 370, 371, 390
- Sistema(s) Técnico(s) de telecomunicações, 49, 75, 83, 85, 102, 111, 130, 228, 329, 336, 345, 346, 347, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 425
- base material dos, 55, 73-86, 346-347 e periodização, 28
- e satélites, 73, 75, 79, 85, 239, 273, 347, 349, 348, 352, 353, 377, 396
- evolução dos, 41
- meios técnicos dos, 28
- privatização do, 83, 345, 346, 354
- Situação(ões), 11, 12, 20, 21, 63, 93, 99, 102, 112, 116, 119, 134, 140, 153, 193, 202, 218, 223, 229, 232, 235, 252, 255, 259, 260, 262, 264, 272, 273, 276, 284, 287, 289, 296, 297, 303, 306, 307, 351, 352, 354, 355, 390, 434, 435
- infranacionais, 12, 351
- nacionais, 12, 140-141
- territoriais, 21, 140-141, 259, 287, 331, 354, 355
- Solidariedade(s)
- entre elementos novos e herdados, 144
- entre os elementos do espaço, 66, 433
- materiais, 118
- orgânica, 306, 307
- organizacional, 66, 70, 118, 161, 192, 306, 307, 363, 371, 414, 428
- técnica, 84, 95, 102, 147, 161, 192
- Supervia informacional, 350
- Técnica(s), 11, 20, 21, 22, 24, 28, 29, 66, 71, 86, 104, 123, 134, 183, 184, 238,

- 250, 281, 330, 375
 afluentes, 70
 agrícolas, 375, 379
 como formas de fazer, 11, 20, 28, 29, 303
 convergência das, 94
 da informação, 21, 303, 413, 414, 428
 da máquina, 27, 251
 de geoprocessamento, 95, 111
 e período, 88, 94, 141, 167, 251
 e possibilidade, 31, 37, 46, 52, 58, 66, 72, 80, 94, 99, 110, 119, 121, 126, 129, 141, 172, 239, 250, 295, 306
 e o corpo do homem, 178, 250
 e objetos geográficos, 11, 20, 33
 famílias de, 20, 70, 73, 74, 100
 novo conjunto de, 55, 108
 pré-máquinas, 27
- Tecnoesfera, 103, 104, 243
- Tecnologia(s)
 da informação, 221
 digital, 80
 eletromecânica, 79
 eletrônica analógica, 79
- Teledetecção, 103
- Telemática, 407
- Tempo(s)
 das multinacionais, 58
 encurtamento do tempo, 134
 hegemônico, 52
 histórico, 24
 humano, 30, 31
 lentos, 27, 29, 30, 37, 52, 104, 184
 natural, 29, 30
 novo uso do, 24, 58
 pedaços de, 23
- rápido, 37, 52, 58, 184
 real, 79, 82, 98, 99, 156, 185, 407
- Teoria
 a partir do território, 12, 15, 20
 das mediações, 12, 20
 e categorias de análise, 19, 20, 247, 289, 434
 e formação socioespacial, 12, 20
 e interpretação geográfica da sociedade, 11, 22
 e método, 12
 e situação, 12, 20, 436
 maior, 12, 15
 menor, 12, 15
 menor do lugar, 12
 menor do país, 12
 sistema de conceito, 12, 20, 253
- Territorialidade, 19
- Território, 19, 20, 140
 alienação do, 106, 116, 130, 254, 299, 300, 301, 370, 440
 apropriar-se do, 250, 279, 398, 433, 436, 437, 438, 444
 artificializado, 339, 340, 376, 391, 428
 bem informado, 66, 93, 94, 95, 96, 292
 como ator, 11, 22
 comportamento do, 254, 256, 257, 293, 370
 composição técnica do, 47, 88, 209, 366, 390
 constituição do, 11, 13, 20, 22, 33, 39, 77, 93, 101, 119, 271, 272, 352
 controle do, 265
 creditização do, 78, 82, 86, 118, 119, 132, 196, 224, 382, 384
 desarticulação do, 14, 258, 301
 desvalorização do, 14, 112, 117, 120, 294, 295, 301-302
- dialética do, 290, 329, 429
 dilaceramento do, 440
 economia política do, 289
 e esforço de análise, 17
 e esforço de síntese, 245
 e fluidez, 21, 175, 177, 259, 262, 273, 285, 291, 306, 336, 337, 370, 371, 414, 425
 e informação, 13, 66, 78, 95, 99
 e neoliberalismo, 257
 e novas qualidades, 12, 357
 e novas quantidades, 12
 e privatização, 61, 66, 247, 291, 293, 339, 345, 346, 363
 e uso competitivo, 14, 112, 150, 153, 175, 254, 256, 290, 291, 295, 298, 339, 340, 414, 415, 425, 428
 estruturação do, 298, 435
 exportação do, 118, 120, 146, 257, 281, 291, 298
 financeirização do, 68, 118, 120, 123, 124, 128, 131, 145, 150, 186, 189, 190, 191, 192, 195, 220, 223, 271, 384, 398
 funcionamento do, 143, 264, 295, 298, 414, 433
 história do, 11, 23, 25, 26, 32, 77, 112, 268, 433, 436, 444
 informatização do, 78, 81, 82, 119, 345
 instabilidade do, 14, 185, 254, 298-299
 mecanização do, 31, 32, 35, 38, 86, 126, 213, 252, 269, 271, 272, 275, 276, 294, 329
 o "resto" do, 112, 116, 140, 252, 266, 294, 329
 papel ativo do, 11, 22, 105, 135, 256
 pouco informado, 93, 94
 regulado, 22, 109, 146, 184, 266, 267, 268, 333
 reticulado, 73
- revalorizado, 14, 112, 114, 116, 119, 141, 145, 213, 214, 294, 295, 301-302, 399, 434
 rigidez do, 147, 358
 tecnicização do, 11, 20, 119, 121, 269, 329-341
 unificação do, 44, 148, 167, 176, 191, 252, 253, 254, 265, 266, 267, 329, 333
 usado, 11, 12, 13, 14, 19, 20, 22, 93, 113, 154, 196, 247, 290, 307, 399
 uso do, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 27, 31, 43, 49, 53, 61, 64, 66, 70, 72, 82, 93, 99, 102, 112, 119, 122, 130, 135-140, 144, 153, 154, 183, 184, 196, 199, 237, 242, 247, 262, 266, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 302, 306, 307, 329, 339, 341, 355, 376, 384, 385, 389, 398, 399, 425, 433, 434, 436, 439, 444
 uso hierárquico, 38, 39, 144, 257, 294, 295, 298, 399, 407, 435
- Território brasileiro, 14
 história colonial do, 30-35
 história secular do, 249, 268
- Topologia dos bancos, 64, 189
- Topologia das empresas, 14, 64, 109, 120, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 164, 192, 290, 291, 292, 301
- Totalidade
 do corpo social, 268, 294, 298, 307, 399
 do território, 259, 260, 263, 268, 290, 291, 295, 298, 305, 352, 370, 399
- Trabalho, 206
 especialização do, 20, 22, 92, 105, 111, 132, 188, 218, 220, 269, 284

- intelectual, 101, 119, 203
 material, 101, 203
 morto, 20, 30, 103, 104
 segmentado, 105, 132
 vivo, 20, 21, 30, 49-50, 103, 104, 219, 221
- Urbanismo moderno, 436, 439
- Urbanização, 14, 21, 31, 38, 41, 42-46, 124, 178, 273, 274, 279, 389
 aglomerada, 202, 208, 269, 272
 concentrada, 202, 206, 269
 corporativa, 413, 436
 da sociedade, 59, 269
 dinamismo da, 389-390
 do interior, 27, 33, 37, 42, 44, 273, 392
 do território, 69, 269, 273, 391
 e impacto das modernizações, 21, 38
 e informação
 e involução metropolitana, 14, 209, 303
 e telecomunicações, 39
 litorânea, 31, 32, 33, 34, 37, 44, 75, 84, 358
- Unicidade técnica, 69, 79, 131, 187, 420
- Unidade
 lingüística, 32
 política, 32
- Unificação, 69, 124
 do mercado interno, 44, 45, 64, 120, 124, 167, 192, 253, 265, 329, 333, 340
 dos sistemas técnicos, 11, 70, 334, 350, 384
 do território, 69, 144, 148, 167, 252, 253, 254, 265, 266, 267, 283, 303, 329, 408
- organizacional dos comandos, 189, 191, 192, 270, 283, 334, 384
- Universalidade das técnicas (A. Leroi-Gourhan, 1945), 29
- Valor
 do território, 112, 114, 116, 119, 213, 214, 301, 399, 433, 434
- Vantagens comparativas, 255, 256, 299, 300
- Variáveis explicativas, 11, 23, 28, 253, 259, 269, 419, 427
- Verticalidades, 14, 280-284, 291, 371, 428
- Vida de relações, 65, 126, 129, 133, 168, 178, 263, 270, 271, 272, 280, 282, 333, 340, 390
 densidade da, 269, 370
 e divisão do trabalho, 11, 168, 263
- Viscosidades
 burocráticas, 59
 do território, 259, 261, 262
- Visões
 do lugar, 282-283, 293
 do mundo, 281, 282-283
 do país, 283
- Zonas
 de densidade, 14, 182, 259, 260, 261, 263, 271, 303, 305
 de rarefação, 14, 65, 102, 141, 162, 182, 188, 191, 200, 206, 228, 250, 259, 260-261, 263, 271, 272, 303, 305

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Ab'sáber, Aziz Nacib, 62
 Abbott, C., 419
 Abreu, Maurício de Almeida, 31
 Almeida, Eliza, 13, 15, 43, 49, 229
 Almeida, Paulo Henrique de, 120
 Almeida, Roberto de Schmidt, 272
 Alves, E.R.A. 382
 Alves, Maria Rita Pontes Assumpção, 99
 Andrade, Júlio M., 151
 Andrade, Manuel Correia de, 26, 33, 330, 332
 Antongiovanni, Lídia, 13, 15, 224
 Araújo, Frederico Guilherme B. de, 70
 Araújo Filho, José Ribeiro de, 34, 38, 359
 Arbex Jr., José, 103
 Arroyo, Mónica, 15, 163
 Azevedo, Thales de, 32
- Baer, Werner, 364
 Barat, Josef, 359, 362, 364
 Baudrillard, Jean, 337
 Becker, Bertha K., 140
 Belo, Vanir de Lima, 15
 Bernardes, Adriana, 15, 43, 49, 210, 221, 284, 339, 392
 Bernardes, Júlia Adão, 134
 Bernardes, Lysia, 32
 Bicudo, Jr, Edison Claudino, 15
 Bielschowsky, Ricardo, 333
 Bordeleau, Y., 421
- Borin, Paula, 15
 Bougnoux, Daniel, 402
 Bovo, D. A., 312
 Bowman, Isaiah, 131
 Brandão, Maria de Azevedo, 32
 Braun, Ingo e Bernward Joerges, 101
 Britto, Luiz Navarro de, 305
 Brum, Argemiro Jacob, 24
 Brunhes, Jean, 375
 Buesco, Mircea, 24
- Calmon, Jorge, 42
 Calvino, Italo, 432
 Campos, N., 443
 Canevacci, M., 436
 Cano, Wilson, 45, 311, 330
 Carvalho, Rodrigo Estrella de, 152, 153
 Castillo, Ricardo, 82, 83, 87, 95, 96, 377
 Castro, Ana Célia, 122
 Castro, Antonio B. de, 330, 336, 413
 Castro, Josué de, 32
 Cavaco, Adriana de Sá Barcelos, 155
 Cavaillés, Henri, 368
 Chacon, V., 437
 Chossudowsky, Michel, 256
 Coelho, Maria Célia Nunes, 62, 160
 Cohen, R. B., 420
 Conac, Françoise, 71
 Contel, Fábio Betioli, 14, 168

Cordeiro, Helena Kohn, 74, 187, 368, 370, 407, 419
 Corrêa, Roberto Lobato, 15, 33, 153, 154, 155, 158
 Costa, Cláudia Soares, 152, 153
 Costa, Lúcio, 439, 443, 444
 Costa, Manoel, 117

Daniels, Peter W., 424
 Davidovich, Fany R., 140, 203, 339, 359
 Dean, Warren, 28, 29, 32
 Deffontaines, Pierre, 31
 Détrie, Jean-Pierre, 421
 Dias, Leila Christina, 15, 49, 78, 79, 190, 358, 407, 419
 Díaz Muñoz, María Angeles, 74
 Diniz Filho, Luis L., 405
 Djellac, 424
 Dupas, G., 425
 Durand, Marie-Françoise, 81

Elias, Denise de Souza, 13, 127, 146, 147, 375, 391
 Ellul, Jacques, 375
 Espíndola, Carlos José, 158, 159, 160

Faissol, Speridião, 202
 Fernandes, Ana, 120
 Fernandes, Florestan, 26, 27, 29
 Ferrari, Antenor, 378
 Figueiredo, Adma de Hamam, 128
 Firkowski, Olga Lúcia Casteghini, 108
 Foray, Dominique, 70
 França, Ari, 34, 119
 Fredrich, Olga M. Buarque de Lima, 140
 Freitas Filho, F., 381
 Freyre, Gilberto, 32, 439
 Friedmann, Georges, 37
 Frizzo, Leoni Mazzocchihi, 13
 Furquim Jr., Laércio, 426

Furtado, Celso, 25, 27, 43
 Furtado, Milton Braga, 43

Gallowj, Faiz, 420
 Galvão, Maria do Carmo Corrêa, 30
 Gambelli, Luiz Antonio, 378
 Garófalo, Gilson de Lima, 369
 Geiger, Pedro Pinchas, 34
 George, Pierre, 89
 Gertel, Sergio, 13, 240
 Goe, Richard W., 420
 Gomes, Cilene, 13, 14, 81
 Gonçalves, Carlos Walter Porto, 120
 Gonçalves, Maria Eduarda, 414
 Gras, Alain, 101
 Graziano da Silva, José, 383
 Grimm, Flávia, 15
 Guimarães, Olmária, 151, 159, 410

Haesbaert, Rogério, 242
 Hathaway, D., 383
 Hepworth, M. E., 419
 Holanda, Sérgio Buarque de, 33
 Holston, J., 442
 Hughes, Tom P., 101

Ianni, Octavio, 252, 330, 333, 336
 Isnard, Hildebert, 132, 428

Jain, Renuka, 296
 Jesus, Gilmar Mascarenhas de, 151
 Joerges, Bernward, 101
 Juglar, 25

Kahil, Samira Peduti, 13, 135
 Karpik, Lucien, 428
 Katinsky, Júlio Roberto, 62
 Kayser, Bernard, 41
 Kerstenetzky, Isaac, 364
 Kolars, 433

Kondratieff, 25
 Kowarick, Lúcio, 51
 Kubitschek, Juscelino, 441, 442

Laborit, Henri, 421
 Ladeira, Francisco, 368, 370
 Lamparelli, Celso, 279
 Lavedan, Pierre, 273
 Lefebvre, Henri, 337
 Leite, Maria Angela Faggin Pereira, 13, 15, 207
 Lemes Neto, Manoel, 13
 Lemos, Amália Inês Geraiges de, 235
 Lencioni, Sandra, 108
 Leroi-Gourhan, André, 29
 Leslie, D. A., 403, 404
 Lévy, Jacques, 81
 Lévy, Pierre, 329
 Leyshon, Andrew, 424
 Lima, Luiz Cruz, 13, 106, 398
 Limonad, Ester, 209
 Linardi, Maria Cecília Nogueira, 13
 Lôbo, Marco Aurélio Arbage, 59
 Lombardo, Magda A., 97

Machado, Arlindo, 407
 Machado, Ewerton Vieira, 235
 Machado, Lia Osório, 15, 121, 208, 274
 Maffesoli, M., 428
 Magalhães, Amílcar Armando Botelho de, 39
 Magnoli, Miranda Maria E. M., 206
 Malavolta, Eurípedes, 381
 Malin, Ana B., 415
 Mamigonian, Armen, 15, 42, 48, 149, 274
 Marchand, B., 419
 Marques, Moacyr, 332, 343, 364
 Marshall, J. N., 420
 Martin, Perry, 403

Marx, Burle, 439
 Marx, Karl, 132, 144
 Marx, Murilo, 34
 Mattelart, Armand, 402, 404
 Maynz, Renate, 101
 Melero, Roberto A. Lopes, 157, 158
 Mello, Evaldo Cabral de, 438
 Merlin, Pierre, 365, 366
 Mesquita, Olindina Vianna, 129
 Monbeig, Pierre, 119, 317, 332, 364
 Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo, 97
 Monte-mór, R., 441, 442
 Moraes, Antonio Carlos Robert, 34
 Moreira, Ruy, 119
 Moroz, Isabel C., 95
 Moulaert, F., 424,
 Muñoz, M. Angeles Díaz, 74

Nassar, Raduan, 283
 Natal, Marília, 13
 Nenturig, Barbara Christine, 170
 Neves, Gervásio Rodrigo, 242
 Niemeyer, Oscar, 441
 Nobre, Gustavo Lara Goulart, 15
 Nogueira, Ricardo José Batista, 183, 184
 Nora, Pierre, 414
 Nunes, Eduardo, 62, 160, 311, 312
 Nysten, 433

Oliveira, Arioaldo Umbelino de, 127
 Oliveira, José Aldemir de, 214
 Ortega y Gasset, José, 375

Paiva, Rui M., 382
 Pastré, Olivier, 98
 Paviani, Aldo, 207, 443
 Peiter, Paulo Cesar, 39, 70
 Pépin, Eugène, 366
 Pereira, José Carlos, 25

- Pereira, Luis Carlos Bresser, 51
Pimenta, Luiz Fugazzola, 13
Pimenta, Margarete de Castro Afeche, 13
Pimenta, Marita Silva, 13, 120, 123
Pintaudi, Silvana M., 152
Pinto, Luís C. Guedes, 40, 383
Pires, Hindemburgo Francisco, 15, 83
Pisetta, Marcelo, 15
Pizysieznig Filho, João, 83
Plassard, François, 357
Porat, M. U., 415
Porto, Jadson, 117
Póvoa-Neto, Helion, 214
Prado Júnior, Caio, 25, 33, 330
- Queiroz Neto, José Pereira de, 95
- Raffestin, Claude, 19, 358
Ramos, Soraia, 15, 118
Rangel, Ignácio, 25
Rattner, Henrique, 43
Regatieri, Ricardo Pagliuso, 15
Reis Filho, Nestor Goulart, 26
Reis, Aarão, 441
Retaillé, Denis, 81
Ribeiro, Ana Clara Torres, 15, 27, 103, 242, 337, 367, 390, 402, 416, 428
Ribeiro, Darcy, 27, 30, 40
Ribeiro, Miguel Angelo Campos, 272
Ricardo, Cassiano, 40
Rivaldo, O. F., 381
Rodrigues, Adyr A. Balastri, 236
Rodrigues, Arlete Moysés, 206
Rodrigues, Cristiane Moreira, 156
Rondon, Cândido Mariano da Silva, 39, 40
Roquette-Pinto, Edgardo, 40
Ross, Jurandyr L. Sanches, 95
Rossini, Rosa Ester, 15, 49
Rowley, Robin, 296
- Ruegg, E. F., 376
- Sá, Alcindo José de, 13, 147
Saatchi, 404
Saes, Flávio Azevedo M. de, 362
Sakitani, Iara, 15
Sampaio, Silvia Selingardi, 108
Sanguin, André-Louis, 19
Santos, Ângela Maria Medeiros M., 152, 153
Santos, Boaventura de Souza, 420, 442
Santos Filho, Milton, 120, 145
Santos, Milton, 11, 13, 20, 21, 27, 30, 31, 51, 53, 69, 73, 85, 100, 101, 124, 167, 202, 204, 206, 209, 256, 267, 268, 283, 330, 334, 336, 337, 367, 368, 370, 378, 385, 396, 401, 407, 414, 415, 416, 419, 428, 434, 435
Santos, Theotonio dos, 429
Santos, Wilson dos, 13, 68
Sassen, Saskia, 419
Sawaya, Silvio Barros, 123
Scherer, Rebeca, 24
Scott, A., 419
Seabra, Manoel F. G., 151
Senise, Maria Helena Valente, 103
Silva Neto, Manuel Lemes da, 206
Silva, Augusto César Pinheiro da, 155
Silva, Barbara Christine Nentwing, 170
Silva, Cátia Antônia da, 238
Silva, E., 443
Silva, Marcos Aurélio da, 139
Silva, Maria Auxiliadora da, 32
Silva, Moacir M. F., 331, 332, 343, 358, 366
Silva, Sylvio Bandeira de Mello e, 170
Silveira, Maria Laura, 13, 20, 21, 70, 115, 256, 262, 424
Simon, E. J., 383
Simondon, Gilbert, 70
- Simonsen, Mário H., 364
Singer, P., 330, 437, 439, 440, 441
Soares, Maria Theresinha de Segadas, 32
Soffiati, Arthur, 50
Sorre, Max, 428
Souto Maior, M., 438
Souza, Francisco E. P. de, 342
Souza, Maria Adélia Aparecida de, 15, 49, 153, 206
Spósito, Eliseu Savério, 15, 141
Spósito, Maria Encarnação Beltrão, 15, 206
Stern, P., 420
Suzuki, Júlio César, 214
Szmrecsányi, Maria Irene de Q. F., 34
Szmrecsányi, Tamás, 127
- Tarde, Gabriel, 29
Tavares, Celso Vicente Mussa, 187
Taylor, M. J., 295
Thrift, N. J., 295
Travassos, Mário, 374
- Trinca, Delfina, 13
Trindade Jr., Saint-Clair Cordeiro da, 207
Tutoy, P., 420
- Vainer, Carlos B., 70
Vargas, Getúlio, 44
Vargas, Milton, 34, 59, 60, 72, 331
Vasconcelos, Pedro de Almeida, 32
Veltz, Pierre, 428
Vieille, Paul, 427
Vieira, Sheila, 81
Villaça, F., 441
- Whitehead, Alfred North, 30
Wood, Peter, 420, 427
- Xavier, Marcos, 14, 65, 366
- Yamashita, Yoshie, 122
- Zerbini, Adriano Nogueira, 15

AUTORES

Adriana BERNARDES. Aluna do doutorado em geografia humana na Universidade de São Paulo.

Cilene GOMES. Aluna do doutorado em geografia humana na Universidade de São Paulo.

Eliza ALMEIDA. Mestre em geografia humana pela Universidade de São Paulo.

Fabio Betioli CONTEL. Aluno do mestrado em geografia humana na Universidade de São Paulo.

Lídia ANTONGIOVANNI. Mestre em geografia humana pela Universidade de São Paulo.

Marcos XAVIER. Aluno do mestrado em geografia humana na Universidade de São Paulo.

Maria Angela FAGGIN PEREIRA LEITE. Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq.

María Laura SILVEIRA. Pesquisadora do CNPq no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Professora assistente na Universidad Nacional del Comahue (Argentina).

Milton SANTOS. Professor emérito do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pesquisador do CNPq.

Soraia RAMOS. Aluna do mestrado em geografia humana na Universidade de São Paulo.

Seja um Leitor Preferencial Record
e receba informações sobre nossos lançamentos.

Escreva para

RP Record

Caixa Postal 23.052

Rio de Janeiro, RJ – CEP 20922-970

dando seu nome e endereço
e tenha acesso a nossas ofertas especiais.

Válido somente no Brasil.

Ou visite a nossa *home page*.
<http://www.record.com.br>